

COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA ESTUDAR SOBRE A
DESBUROCRATIZAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO
RELATÓRIO FINAL

1. INTRODUÇÃO

Após 8 meses de trabalho, a *Comissão Especial de Estudo de Desburocratização do Setor Econômico* encerra seu ciclo. Ao longo do ano de 2021, tivemos a oportunidade de ouvir cidadãos, empreendedores, comerciantes, associações, representantes do terceiro setor e demais entidades da sociedade civil, a respeito dos problemas que mais dificultam o contato com o setor público.

Ficou evidente que o excesso de burocracia está presente nos mais diversos setores da cidade. Seja na hora de solicitar a poda de uma árvore, seja no momento de pagar impostos da empresa, o cidadão de Belo Horizonte ainda enfrenta uma série de entraves quando precisa interagir com o setor público. É por essa razão que simplificar e facilitar processos na administração pública beneficia a cidade como um todo.

A redução do excesso de burocracia também está relacionada ao aumento da liberdade econômica, que reflete em mais empregos, riqueza e renda na cidade. Com um ambiente de negócios mais simplificado, toda a sociedade ganha. No atual momento de crise econômica provocada pela Covid-19 e pelo fechamento prolongado do comércio, reduzir burocracia deve ser um imperativo no setor público.

Utilizando uma simplificação da metodologia do ciclo de políticas públicas, esta comissão levantou **75 demandas** enviadas pela população, identificou e diagnosticou **38 problemas** e formulou **17 propostas** que compõem este *Caderno de Soluções*. Nosso objetivo durante todo o processo foi tornar Belo Horizonte uma cidade com processos mais simples e fluidos, facilitando a vida do cidadão.

Sabemos que o desafio não se encerra com a entrega do *Caderno de Soluções*. O esforço de enxugar a máquina pública, tornando-a mais eficiente, seguirá sendo necessário. Sabemos que ainda existem gargalos a serem identificados e que o setor público precisa estar em constante evolução, para que possa reduzir o desperdício de recursos e entregar melhores serviços ao cidadão.

Em nome da *Comissão Especial de Estudo de Desburocratização do Setor Econômico*, reforço o agradecimento a todos que contribuíram com o nosso trabalho: desde o cidadão que submeteu em nosso site uma demanda até as entidades e voluntários que ajudaram na realização dos diagnósticos. Este *Caderno de Soluções* é resultado do nosso trabalho em conjunto, focado em construir uma Belo Horizonte onde o cidadão tenha liberdade para empreender e não tenha seu dia a dia atrapalhado pela ineficiência e pelo excesso de burocracia.

A seguir, apresentaremos os membros da Comissão. No segundo capítulo deste relatório, falaremos sobre a condução dos trabalhos nos últimos meses, descrevendo a metodologia utilizada e os desafios encontrados. No terceiro capítulo, apresentaremos os problemas identificados, os diagnósticos realizados e as soluções propostas. Em anexo, estão as proposições resultantes do nosso trabalho, apresentadas pela Comissão.

Encerrando os trabalhos da *Comissão Especial de Estudo de Desburocratização do Setor Econômico*, esperamos ter contribuído para a construção de uma Belo Horizonte onde há menos burocracia e mais liberdade.

1.1. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Presidente: Vereador Irlan Melo

Relatora: Vereadora Marcela Trópia

Sub-relator sobre os temas Código de Posturas e Feiras: Vereador Léo



Membros efetivos: Vereadores Ciro Pereira (PTB), Irlan Melo (PSD), Léo (PSL), Marcela Trópia (Novo) e Professor Claudiney Dulim (Avante).

Suplentes: Vereadores Wanderley Porto (Patri), Fernando Luiz (PSD), Nikolas Ferreira (PRTB), Juninho Los Hermanos (Avante) e Vereadora Marilda Portela (Cidadania).

1.2. ANTECEDENTES

Comissão originária da aprovação do Requerimento nº 10/2021, com o objetivo de promover estudos relativos à desburocratização do setor econômico e ainda atuar na simplificação de processos, leis e atividades que atingem negativamente a vida do cidadão de Belo Horizonte, a comissão teve o endosso de 23 parlamentares de diferentes grupos partidários.

1.3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A fim de atingir o objetivo final da *Comissão de Desburocratização do Setor Econômico*, que é reduzir o excesso de burocracia promovido pelo setor público, foi escolhida como base a metodologia do ciclo de políticas públicas (*policy cycle*). A metodologia original é ampla, por isso optamos por uma simplificação, adotando as etapas que se mostraram essenciais ao trabalho do colegiado: identificação do problema, diagnóstico e formulação de soluções.

2. DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Para realizar o levantamento de demandas de desburocratização, a Comissão decidiu convidar a população para enviar os principais gargalos que afetam seu dia a dia. Para isso, foi criado o site www.desburocrabh.com, por meio do qual os cidadãos puderam submeter os detalhes de suas demandas de redução de burocracia.

Além da divulgação do site nas redes sociais dos vereadores membros da Comissão, também foi realizada a busca ativa de contribuintes. Ao todo, realizamos 29 reuniões com entidades de Belo Horizonte, apresentando o trabalho da

Comissão e instruindo sobre a submissão de demandas. Desta forma, o trabalho de desburocratização realizado na Câmara chegou aos mais diversos atores econômicos e membros do terceiro setor da cidade:

- **Associações e Sindicatos:** ACMinas Jovem, ASSOVMG, CDL, FAEMG, FIEMG, Fecomércio, Federaminas, Minaspetro e OCEMG;
- **Organizações governamentais:** ARSAE, COOPESOL Leste, Emater, SEDE.
- **Educação empreendedora:** Endeavor, FEJEMG, Sebrae, SENAC.
- **Setor da tecnologia:** 99, Buser, Google, IFOOD, RAPPI, Setor de Telefonia, UBER e Waze.
- **Setor de eventos:** Abrasel, representantes do setor de Economia Criativa, Eventos e de Turismo de Negócios.
- **Terceiro setor:** Transforma BH e outras organizações sociais.

Ao todo, foram recebidos 75 apontamentos de entraves burocráticos enfrentados por comerciantes, empreendedores, membros do terceiro setor, associações, entidades de classe e outros membros da sociedade civil. Para realizar a coleta, foi utilizado um formulário de perguntas, em que os demandantes puderam detalhar aspectos sobre a área, a recorrência, a amplitude e o impacto do problema.

Nossa equipe técnica estudou todas as demandas recebidas e identificou 38 problemas de burocracia com potencial de serem solucionados a partir da atuação da Comissão. Os problemas foram agrupados em 8 temas, divididos entre os vereadores:

1. Construção Civil - Professor Claudiney Dulim
2. Digitalização - Ciro Pereira
3. Emissão de Alvarás - Ciro Pereira
4. Filantropia - Irlan Melo
5. Informações dispersas e confusas - Irlan Melo



6. Regulação Urbana - Léo Burguês
7. Tributação - Marcela Trópia
8. Zeladoria Urbana - Marcela Trópia

2.1. DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS

Cada vereador ficou responsável por realizar o diagnóstico aprofundado do(s) seu(s) grupos temáticos de problemas. Mesmo com as atividades oficiais da Comissão suspensas por decisão da Secretaria Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, divulgada na Deliberação nº 4/2021, de 23 de março de 2021, que estabeleceu o funcionamento da Casa no contexto do combate à pandemia, as equipes seguiram trabalhando de maneira autônoma. Foram realizados estudos técnicos, levantamento de *benchmarks* externos, solicitação de pedidos de informação através das comissões permanentes e outras ações a fim de aprofundar no entendimento de cada problema.

O diagnóstico foi construído a partir da análise dos problemas em quatro aspectos: contexto, amplitude, intensidade e tendência. Esta fase foi fundamental para que a Comissão pudesse elaborar soluções que atacam a causa raiz dos problemas. Os estudos buscaram levantar informações sobre:

- **Contexto:** a origem, o histórico e o quadro atual da demanda, pois sabe-se que os problemas são em grande parte reflexos de sua trajetória e da somatória de decisões tomadas sobre eles.
- **Amplitude:** quantidade e qualidade dos atores atingidos, pois quanto maior o número de pessoas atingidas, quanto mais articulados são estes atores e quanto mais grupos de interesses esse problema atinge, maior a sua amplitude.
- **Intensidade:** a gravidade do problema, avaliando de maneira absoluta (a gravidade do problema em si) e de maneira relativa (como é percebido pelos atores).
- **Tendência:** quando o problema aparece e quando se intensifica.

Diante da suspensão da Comissão, não foram realizadas audiências públicas, visitas técnicas ou oitivas. No entanto, cada gabinete conduziu as pesquisas de maneira independente, acionando os demandantes ou especialistas quando necessário.

2.2 FORMULAÇÃO DE SOLUÇÕES

Com base no diagnóstico completo dos problemas de cada segmento escolhido pela Comissão, os gabinetes propuseram 17 soluções e suas respectivas sugestões de encaminhamento. Foram criados projetos de lei, indicações e anteprojetos para o Poder Executivo, de acordo com a realidade de cada problema identificado. A seguir, serão detalhadas as propostas de solução criadas pela Comissão.

3. SOLUÇÕES APRESENTADAS

Após serem realizados os diagnósticos aprofundados dos problemas de excesso de burocracia, a Comissão trabalhou na elaboração das propostas de solução. O foco foi trazer iniciativas inovadoras, que possam atacar as reais fontes dos problemas levantados.

Como poderá ser observado, alguns dos tópicos de problemas divididos entre os gabinetes dos vereadores foram suprimidos e/ou agrupados nesta etapa, de forma a deixar o relatório mais coeso e coerente. As soluções aqui apresentadas são precedidas de uma introdução e discussão e do apontamento dos proponentes das demandas.

3.1. Problemas de Construção Civil

A Construção Civil é um dos ramos da atividade econômica que mais gera empregos em Belo Horizonte. O setor é um dos que mais auxilia no aumento do PIB e na retomada financeira em momentos de crise e, por isso, a sua desburocratização é essencial. O caso de Belo Horizonte é ainda mais relevante, pois mais de 90% da área disponível para construção já foi ocupada.

As demandas recebidas através do site www.desburocrabh.com.br ressaltaram a importância de se desburocratizar a emissão da declaração de desmembramentos de unidades autônomas de condomínios edifícios, facilitando que o cidadão tenha as informações sobre o ITBI que é devido.

Como um dos princípios norteadores desta Comissão é a agilização de prazos e o aumento da transparência dos processos, foi elaborada uma indicação ao Poder Executivo Municipal visando aprimorar como se é feito o processamento do desmembramento de edifícios.

INDICAÇÃO SOBRE DESDOBRAMENTO DE IMÓVEIS

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: Mônica Magno Gandra | Profissionais de Arquitetura e Urbanismo

Indicação para que o Poder Executivo implemente um sistema ou mecanismo que desburocratize a emissão da declaração de desmembramento de unidades autônomas de condomínios edifícios de forma que as informações sobre o ITBI dos imóveis sejam disponibilizadas de maneira mais célere.

Outra solução que elaboramos, que coaduna com o item a seguir, "Emissão de Alvarás", é a facilitação da emissão de alvarás, principalmente para pequenas obras. Foi construída uma indicação ao Executivo Municipal a partir da amálgama das experiências de Campo Grande (MS) e Curitiba (PR). Em Campo Grande, os profissionais podem emitir o documento e ter a aprovação em até 48h. O sistema funciona no modo declaratório e é restrito aos empreendimentos considerados de "baixo impacto", como construções uniresidencial, multiresidencial de até cinco unidades e projetos de construção de edificações destinadas às atividades de comércio com área de até 500 m². Em Curitiba, o processo agora é on-line, ágil e com total integração entre todas as secretarias e órgãos municipais envolvidos no licenciamento.

Com base nesses exemplos de sucesso, podemos transformar o setor de construção civil da cidade de Belo Horizonte, tornando-o mais amigável para o

empreendedor. A integração de todas as secretarias responsáveis pela emissão de alvarás de forma online trará agilidade ao processo e não haverá mais necessidade do cidadão sair do seu escritório, casa ou empreendimento para solicitar o licenciamento.

INDICAÇÃO ALVARÁS MAIS ÁGEIS

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: Bureau de Comunicação e moda e Savassi Criativa | Profissionais de Arquitetura e Urbanismo | FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Indicação para que o Executivo implemente um sistema integre todas as secretarias responsáveis pela emissão de alvarás no município de Belo Horizonte e que os alvarás para obras de baixo impacto sejam liberados em 48hs.

Para finalizar este bloco, nos foi demandado sobre a burocracia e morosidade das secretarias da Prefeitura na análise e pedidos de licenças de instalação e alvarás de construção de infraestruturas para telecomunicações. Entretanto, identificamos que o PL 169/2021, que já tramita na Câmara Municipal de Belo Horizonte, traz as soluções necessárias para resolver este problema.

PROJETO DE LEI - 169/2021

Iniciativa: Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Wanderley Porto

Demandantes: SBA Torres Brasil

O Projeto dispõe sobre normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações.

3.2. Problemas de Emissão de Alvarás

Empreender nos dias atuais é cada vez mais difícil. Burocracia, altas taxas e impostos abusivos dificultam a vida de quem tem o seu próprio negócio. Por isso recebemos diversas demandas de como a administração pública de Belo Horizonte vem criando regras e normativas que dificultam a vida dos comerciantes e empreendedores.

Nesse sentido, a Comissão elaborou um projeto de lei que visa regular e estabelecer normas gerais de funcionamento da administração pública no município, buscando determinar que os atos administrativos devam sempre se fundamentar em uma regulação responsiva e políticas públicas baseadas em evidências.

PROJETO DE LEI ADMINISTRAÇÃO RESPONSIVA

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH | FECOMÉRCIO-MG

O Projeto estabelece normas gerais de funcionamento da administração pública de Belo Horizonte.

mo

3.3. Problemas de Digitalização

A transformação digital trouxe uma série de novas tecnologias cujo impacto na sociedade é significativo. Estas novas tecnologias, podem garantir serviços de maior qualidade à população, promover a eficiência em sua gestão interna e melhorar o ambiente para o empreendedorismo na cidade.

Entretanto, segundo as reclamações que foram enviadas ao site www.dresburocrabh.com, o sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas é antigo, pouco intuitivo e sobrecarrega com frequência. Por isso, elaborou-se uma indicação ao Executivo Municipal para que o BHISS Digital, o sistema de emissão de notas fiscais da cidade, seja aprimorado.

INDICAÇÃO BHISS DIGITAL

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: ACMinas Jovem

Indicação para que o Poder Executivo implemente atualizações no sistema BHISS Digital.



3.4. Problemas de Informações Dispersas

A burocracia surgiu para organizar os procedimentos e facilitar o funcionamento das instituições. Entretanto, uma das principais disfuncionalidades da burocracia é quando se torna tão complexa, que é necessário um gasto gigantesco de tempo e recurso para compreender o funcionamento dos procedimentos e saber como lidar com eles.

Um dos objetivos da Comissão de Desburocratização foi dar mais transparência para as práticas da administração municipal e facilitar para a vida do cidadão belo-horizontino ao lidar com a burocracia da cidade para obter informações.

Nesse sentido, foram construídas 2 indicações ao Executivo Municipal para aprimorar como as informações são disponibilizadas para a população e os investidores na cidade. Estas medidas também irão auxiliar na melhoria da transparência da cidade, que no ano de 2020 foi classificada como a 2º pior capital do Brasil segundo a Controladoria Geral da União.

A primeira indicação é pela unificação dos canais de atendimento da Prefeitura (*SIGESP; TAG-GESTÃO DE DEMANDAS DA BHTRANS; SAC WEB; PORTAL DE SERVIÇOS*). Cumpre salientar que a PBH vem paulatinamente modernizando e digitalizando o atendimento, tanto em relação às demandas dos seus servidores, quanto dos munícipes. O recém implantado SIGESP, por exemplo, passou a englobar diversos serviços outrora disponíveis em outros sistemas. Mas é evidente, que um processo de unificação é fundamental, já que todos os sistemas citados acima dispõem de objetivos semelhantes.

Handwritten signature

INDICAÇÃO UNIFICAÇÃO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH

Indicação para que a Prefeitura de Belo Horizonte realize a unificação dos sistemas supracitados para tornar mais simples a interação dos belo-horizontinos com o poder público.

A segunda indicação busca aumentar a transparência com o aprimoramento na divulgação de dados e indicadores econômicos no cenário municipal. Para uma contribuição satisfatória, seria necessário que a PBH unificasse, atualizasse e publicizasse dados detalhadas por bairro ou região, como número de estabelecimentos por CNAE, o porte destes estabelecimentos, a arrecadação de tributos dentre outros elementos importantes para que os empreendedores e analistas façam uma leitura precisa do cenário municipal, cruzem dados e auxiliem na tomada de decisão.

INDICAÇÃO TRANSPARÊNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH

Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte de melhoria na disposição de dados econômicos no site oficial a fim de que favoreça o desenvolvimento econômico a partir da análise de mercado. Tais medidas permitem que empreendedores e analistas façam uma leitura precisa do cenário municipal para construir um planejamento estratégico no intuito de subsidiar a tomada de decisão do empreendedor.

Para finalizar, recebemos uma demanda sobre a dificuldade de se encontrar documentos perdidos no município de Belo Horizonte. Na cidade existem diversos serviços de entrega de documentos perdidos. Tendo como norte que o trabalho do serviço público é trabalhar para o cidadão, elaboramos uma indicação para o Executivo Municipal para que seja elaborado um serviço centralizado e digital dos documentos perdidos. Tal medida centralizadora evitaria gastos e deslocamentos

desnecessários pelos cidadãos belo-horizontinos para lograr êxito no intento de encontrar um documento perdido.

INDICAÇÃO CENTRALIZAÇÃO DE "ACHADOS E PERDIDOS"

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH

Indicação ao Executivo Municipal sugerindo a destinação de um espaço para guarda dos documentos e para atendimento aos cidadãos que buscam documentos perdidos. Com a criação do banco de dados digital a fim de que possibilite a busca de informações, pela internet, sobre os documentos perdidos.

3.5. Problemas de Regulação Urbana

Sempre tivemos como princípio desta Comissão facilitar a convivência dos cidadãos de Belo Horizonte com as instituições municipais. Acreditamos que para isso duas atitudes são essenciais: (i) aumentar a confiança que os poderes instituídos têm sob seus cidadãos; (ii) facilitar que os munícipes tenham a informações.

Algumas das proposições legislativas que já apresentamos neste Caderno de Soluções seguem esse direcionamento. Todavia, recebemos mais duas demandas que nos levaram a elaborar mais um projeto de lei e uma indicação que vêm somar a estes encaminhamentos.

O primeiro é um projeto de lei que visa reduzir a exigência de forma exagerada de reconhecimento de firma e uso de cartórios notariais pelo Executivo Municipal. O aumento da confiança no cidadão e o uso de ferramentas como a assinaturas digitais, tem como consequência mais transparência, redução dos custos financeiros e de tempo para os moradores da cidade que precisam de serviços públicos.

PROJETO DE LEI REDUÇÃO DO USO NOTARIAL NO ÂMBITO ESTATAL

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: Total Minas Transporte e Logística

O Projeto desburocratiza o serviço público municipal, de modo a reduzir o uso de certificação notarial e estabelece a maior confiança entre o município e seus cidadãos.

A segunda medida é uma indicação que visa deixar mais fácil para o pagador de impostos de Belo Horizonte regularizar seus débitos com a cidade, receber informações sobre tributos e isenções e sobre como navegar pelos sites da Fazenda do Município. A indicação foi feita com base na experiência meritória da Secretaria Estadual de Fazenda de Alagoas, que possui um sistema de respostas automática pelo Whatsapp (Whatsapp Bot) que leva o contribuinte diretamente para as taxas e impostos que ele necessita, diminuindo assim o tempo desperdiçado pelo pagador de impostos.

INDICAÇÃO AUTOMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA TRIBUTAÇÃO

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: ACMinas Jovem

Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte para a implantação de um sistema de Inteligência Virtual na Secretaria de Fazenda, de forma a facilitar ao usuário o acesso às informações sobre os tributos devidos, formas de pagamento e isenções.

3.6. Problemas de Tributação

Se por um lado temos o comércio e o empreendedorismo como o motor que sustenta a economia brasileira, do outro, o ambiente tributário oneroso e complexo é um freio que trava o crescimento do país e a geração de empregos, sobretudo em contextos de crise como o que vivemos atualmente.

Por isso, um dos pontos que trabalhamos com afinco na Comissão de Desburocratização foi a revisão de pontos da tributação municipal a fim de reduzir a cobrança sobre os pequenos comerciantes e autônomos. Devido às demandas recebidas pela Comissão e pelo baixo impacto econômico que irá gerar no caixa do município, focamos os estudos e atuação em duas taxas: Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) e Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS).

Sabe-se, que o Microempreendedor Individual - MEI, definido na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, está isento destas duas taxas. Todavia, com base nos estudos¹ realizados, afirmamos que um ramo maior de pagadores dessa taxa podem ser isentos da mesma. A redução destas duas taxas e/ou a mudança da sua alteração na forma de cobrança irão facilitar a abertura de negócios na cidade, reduzindo despesas para o empreendedor.

Como a alteração de alíquotas de impostos e taxas, bem como a isenção devem ser de iniciativa do Executivo Municipal, apresentamos a seguir três propostas de soluções em formas de um anteprojeto de lei e uma indicação referentes à Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) e uma Indicação sobre a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) que serão encaminhados ao Prefeito Alexandre Kalil, para que seu secretariado estude e dê andamento a estas.

Os anteprojeto e a indicação elaborados apresentam soluções factíveis e com os cálculos de impacto financeiro, demonstrando que a redução destas cobranças será uma conquista para o município de Belo Horizonte, principalmente para os pequenos comerciantes e autônomos.

¹ Cálculos de Impacto Econômico em anexo neste caderno.

(OPÇÃO 1 TFLF) INDICAÇÃO DE LEI AMPLIAÇÃO DA ISENÇÃO

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH | ACMinas Jovem

Indicação ao Executivo Municipal para ampliar a todas as atividades que o Decreto da Prefeitura de Belo Horizonte isenta de alvarás da cobrança da TFLF (Decreto Nº 17.245, de 19 de dezembro de 2019).

(OPÇÃO 2 TFLF) ANTEPROJETO DE LEI FRACIONAMENTO

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH | ACMinas Jovem

O Anteprojeto altera o Art. 21º §1 da Lei Lei 5.641/1989, de forma a propiciar que a taxa seja uma espécie de licença anual e, ainda, proporcionar o fracionamento da taxa aos meses de atividade da nova empresa, no lugar da cobrança anual.

TFS - INDICAÇÃO ISENÇÃO PARA AUTÔNOMOS

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH | ACMinas Jovem

Indicação ao Executivo de Belo Horizonte da isenção da cobrança da Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) de todos os autônomos do município de Belo Horizonte.

Atualmente, a data do vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em Belo Horizonte é no dia 08 de cada mês, período próximo ao pagamento da folha de funcionários, na maioria das empresas, quando há uma baixa no fluxo. Analisando o vencimento do ISSQN das 27 capitais brasileiras, Belo Horizonte é a 3º capital com o vencimento mais precoce. Por isso, foi realizada uma

indicação à Prefeitura de Belo Horizonte para que seja alterada a data de vencimento do ISSQN para o dia 15 do mês, que proporcionará mais conforto financeiro ao comerciante do município.

INDICAÇÃO MUDANÇA NA DATA DE VENCIMENTO DO ISSQN

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH

Indicação ao Executivo de Belo Horizonte sugerindo que seja alterada a data de vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para o 15º dia do mês.

3.7. Problemas de Zeladoria Urbana

Uma cidade bem cuidada, com a manutenção dos bairros em dia, é fundamental para garantir segurança e qualidade de vida à população. Há de se destacar também que problemas de zeladoria urbana são cíclicos, ou seja, são problemas que se repetem sempre e precisam de constante cuidado.

Recebemos via site DesburocraBH reclamações que tocam nesse ponto crucial do cuidado com a cidade. Os munícipes apontam a dificuldade de se solicitar à Prefeitura reparos na iluminação pública, podas de árvores, conserto de vias públicas, entre outras.

Ao estudar com maior detalhe a demanda, observamos que dados da Controladoria-Geral do Município já indicam esse problema como grave na cidade. No ano de 2020 quase 40% das solicitações recebidas pela Prefeitura não foram solucionadas.

med

Diante deste cenário, realizamos a construção de um anteprojeto² de Lei que visa a desburocratização de serviços de zeladoria e a possibilidade de financiamento coletivo destes serviços.

ANTEPROJETO DE LEI ZELADORIA URBANA

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH | UNICOM - União Comunitária do Bairro Vera Cruz

O Projeto dispõe sobre propostas de desburocratização de serviços de zeladoria no município de Belo Horizonte e estabelece seus objetivos, princípios, instrumentos e diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo quanto à autorização para que pessoas físicas ou jurídicas realizem ações de zeladoria no município, além de possibilitar o financiamento coletivo desses serviços.

Estudando o documento da Controladoria-Geral do Município observamos que muitas das demandas pendentes eram sobre o acompanhamento de poda e supressão de árvores no município. Percebemos que muitas vezes os cidadãos têm de recorrer a vereadores para que eles façam estas solicitações. O próprio documento possui a sugestão de que o Executivo crie um canal para que a sociedade possa realizar e acompanhar essas demandas. Visando tornar essa atividade mais transparente e menos burocrática, construímos uma indicação para o Executivo sugerindo a criação deste canal.

INDICAÇÃO CANAL DE PODAS DE ÁRVORES

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: Estudos do Grupo de Assessores

Indicação construída com base no documento da Controladoria-Geral do

² Anteprojeto, pois entendemos que o mesmo é de iniciativa do Executivo. Entretanto, vamos encaminhar o mesmo ao Prefeito Alexandre Kalil e trabalhar para que ele envie o mesmo à Câmara Municipal.

Município³ que sugere ao Executivo de Belo Horizonte a criação de um canal oficial, por meio do qual o cidadão possa solicitar e acompanhar os serviços de poda, supressão de árvores e meio ambiente.

Outro tópico deste item é sobre a manutenção de parques públicos. Os dados da Controladoria-Geral do Município indicam que 85% das reclamações referentes à manutenção dos parques do município de Belo Horizonte não foram atendidas, o que demonstra um total descomprometimento com o atendimento ao cidadão.

Visando a melhor conservação dos parques públicos, que os mesmos continuem disponíveis para a população, realizamos os estudos de como foram concedidos parques em cidades brasileiras como São Paulo e Porto Alegre. Com base nestas informações, visando melhorar a manutenção dos parques sem onerar os cofres públicos, propomos a construção de um anteprojeto de lei para a realização da Concessão dos Parques Municipais.

ANTEPROJETO⁴ DE LEI CONCESSÃO DE PARQUES PÚBLICOS

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: CDL/BH

O Projeto estabelece regras para o Executivo Municipal conceder para o uso e operação de serviços, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças e parques urbanos do Município de Belo Horizonte.

Para finalizar, também foram recebidos questionamentos quanto aos prazos e à agilidade para que os órgãos municipais respondam sobre o Programa Adote o

3

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/transparencia/2021/2020_relatorio_anual_ouvidoria.-def.pdf

⁴ Assim como o Anteprojeto de Zeladoria Urbana, acreditamos que este é de iniciativa do Executivo, por isso um Anteprojeto.

Verde, que tem como finalidade estabelecer parcerias entre o Poder Público e a sociedade para os fins de implantação, reforma ou manutenção de áreas verdes públicas, aqui compreendidas as praças, os parques, os canteiros, os jardins e outras áreas passíveis de ajardinamento.

Por isso, foi elaborada uma indicação ao Executivo para que adote um procedimento mais célere, com prazos firmados em cada etapa do processo, na análise da documentação e dos projetos para a celebração da parceria entre a PBH e os interessados em adotar uma área verde no município.

INDICAÇÃO ADOTE O VERDE⁵

Iniciativa: Comissão de Desburocratização do Setor Econômico

Demandantes: Viva Lagoinha

Indica-se ao Executivo Municipal a prestação célere no atendimento às demandas do Programa Adote o Verde. Neste sentido, sugere-se a inclusão de dispositivo normativo, no Decreto 14.708 de 14 de dezembro de 2011, estabelecendo – desde que apresentada toda a documentação exigida pelo art. 6º do decreto supracitado – o prazo máximo de 60 dias para a concretização da parceria a partir da apresentação da carta de intenção.

⁵ Essa demanda originalmente foi classificada como “Filantropia”, entretanto após o diagnóstico ela foi melhor distribuída para o eixo “Zeladoria Urbana”.

4. ENCAMINHAMENTOS E CONCLUSÃO

Após o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão Especial de Estudo da Desburocratização do Setor Econômico, dos recebimento das demandas dos cidadãos - aqueles que são os mais atingidos pelo excesso de burocracia - depois de realizar o diagnóstico dos problemas, seguindo a metodologia proposta no Plano de Trabalho e a elaboração das soluções, apontam os parlamentares os seguintes encaminhamentos ao final dos trabalhos:

- ⇒ Aprovar as 12 indicações elaboradas pela Comissão de Desburocratização do Setor Econômico e as encaminhar para o Executivo Municipal;
- ⇒ Apresentar os 02 projetos de lei elaborados pela Comissão de Desburocratização do Setor Econômico, para dar início a sua tramitação na Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- ⇒ Apresentar via indicação ao Executivo Municipal, os 03 anteprojetos de lei para o Executivo Municipal, recomendando ao mesmo que dê andamento aos mesmos;
- ⇒ Remeter cópia do relatório ao Poder Executivo Municipal, na pessoa do prefeito Alexandre Kalil;
- ⇒ Remeter cópia do relatório a senhora vereadora Nely Aquino, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- ⇒ Publicizar a todos os demandantes do site www.desburocrabh.com e à sociedade belo-horizontina os resultados da Comissão;
- ⇒ Realizar a apresentação deste Caderno de Soluções as entidades, associações e sindicatos que contribuíram com o envio de demandas e apoio na elaboração de soluções.

Temos a consciência de que a redução do excesso de burocracia pode contribuir fortemente para o desenvolvimento, o crescimento econômico e para estimular a inovação de Belo Horizonte. Sabemos que ainda há muito trabalho a ser feito. Ainda assim, acreditamos que, ao final dos trabalhos da Comissão Especial de Estudo de Desburocratização do Setor Econômico, acredito que demos 17 passos importantes para simplificar processos, melhorar o ambiente de negócios e facilitar o contato do cidadão com o setor público.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.


Vereadora Marcela Trópia

Relatora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton University Press: Princeton, NJ, 1963.

ANDERSON, C. W. The place of principles in policy analysis. *American Political Science Review*, v. 73, n.3, p. 711-723, 1979.

ARRETCHE, M. T. da S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org) *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. *Constituição da República do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> .Acessado em: 17 de novembro de 2021.

BELO HORIZONTE. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Disponível em <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica>> . .Acessado em: 17 de novembro de 2021.

BORGES, C., FILION, L. J. . Evolução do capital social empreendedor dos spin-offs universitários. *Revista ReGePe*, 1(1), 3-31, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*. v. 47, n.1, 1996.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*. v. 37, n.5, 2003.

DOWNS, Anthony. *Inside bureaucracy*. Boston: Little, Brown, 1967.

DYE, Thomas R. *Understanding public policy*. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1981.

_____. *Models of politics: some help in thinking about public policy*. In: *Understanding public policy*. New Jersey: Prentice Hall, 1972.

EASTON, David. *Esquema para el análisis política*. Buenos Aires: Amarroutu, 1969.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS* 18 n°51. 2003.

HALL, Richard. *Organizações: estrutura e processos*. Trad. Wilma Ribeiro. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

HALL, Richard H.; QUINN, Robert E. (Org.). *Organizational theory and public policy*. California: Sage Publications Inc., 1985.

LIMA, I. A. DE; FIALHO, F. A. P. A cooperação universidade-empresa como instrumento de desenvolvimento tecnológico. In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia- Cobenge*. Porto Alegre Anais... Porto Alegre-RS: Cobenge 2001

LINDBLOM, Charles Edward. O processo de decisão política. Brasília: UnB, 1981.

LIPSKY, Michael. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

Krueger, N. F., Reilly, M. D., & Carsrud, A. L.. Competing models of entrepreneurial intentions. *Journal of business venturing*, 15(5), 411-432, 2000.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. *O Estudo da Política: Temas Selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementantion research: a critical analysis and suggested synthesis. In: *Journal of Public Policy*, n. 6, 1986.

SABATIER, Paul A; MAZMANIAN, Daniel A. Policy Implementation. *The Encyclopedia of Policy Studies*. New York, 1983.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

_____. *Análise de Políticas Públicas: diagnósticos de problemas, recomendações de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SILVA, Pedro Luiz Barros e MELO, Marcus André Barreto. *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. NEPP/UNICAMP, Caderno n° 48, 2000

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias – sociedade e políticas públicas*. Ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

Yin, R. K.. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*: Bookman editora. 2015.

ANEXOS

1. Indicação sobre o Desdobramento de Imóveis;
2. Indicação sobre Alvarás Mais Ágeis;
3. Projeto de Lei da Administração Responsiva;
4. Indicação sobre o BHISS Digital;
5. Indicação sobre a Unificação dos Canais de Atendimento;
6. Indicação sobre a Transparência dos Indicadores Econômicos;
7. Indicação sobre a Centralização de “Achados E Perdidos”;
8. Indicação sobre a Automação e Transparência na Tributação;
9. Projeto de Lei de Redução do Uso Notarial no Âmbito Estatal;
10. Indicação sobre a Ampliação Da Isenção da TFLF
11. Anteprojeto de Lei do Fracionamento da TFLF
12. Indicação sobre a Isenção Para Autônomos da TFS
13. Indicação sobre a Mudança Na Data De Vencimento Do Issqn
14. Anteprojeto de Lei da Zeladoria Urbana;
15. Indicação sobre o Canal de Podas De Árvores;
16. Anteprojeto de Lei da Concessão De Parques Públicos;
17. Indicação sobre o Adote o Verde;
18. Cálculos de Impacto Econômico.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ESTUDO DE IMPACTO

**Isenção da TFLF e TFS para
estabelecimentos de baixo impacto**

RESUMO:

Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita decorrente da dispensa da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco, resultará em uma redução anual de receita estimada em R\$ 22,3 milhões, e a dispensa da Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) para o mesmo grupo, importará na redução anual de receita estimada em R\$ 5,9 milhões, totalizando o valor de R\$ 28.200.000,00 por ano.

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o programa de regularização de dívidas "Reativa BH", que tem arrecadação estimada em cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

INTRODUÇÃO

O presente estudo de impacto orçamentário-financeiro objetiva dar embasamento à elaboração de projeto de lei que visa isentar do pagamento de taxas da Prefeitura, como a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) e a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS), para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019.

Os incentivos propostos contribuirão para reduzir o custo de se empreender em Belo Horizonte, com redução da burocracia e melhoria do ambiente de negócios. A iniciativa constitui um valioso apoio aos empreendedores e, certamente, trará impactos positivos na atração de investimentos para nossa Capital.

Para atender o disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a concessão ou ampliação do benefício tributário deve:

- 1) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes,
- 2) atender ao disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- 3) e a uma das seguintes condições:
 - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO
 - ou, alternativamente, estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

A seguir, será abordado em detalhes sobre cada uma das condições exigidas para a concessão de benefícios fiscais.

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Cabe esclarecer que a TFLF é uma taxa que a Prefeitura de Belo Horizonte cobra das empresas para a fiscalização exercida pelo município sobre a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas e ao meio ambiente.¹

¹ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFLF>

O valor cobrado tem como referência o tamanho dos estabelecimentos, isto é, a área utilizada em metros quadrados. O Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 8 de Abril de 2021², nos dá a dimensão do valor cobrado em cada faixa. Vejamos:

TFLF - Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento:

- 1.1 - Até 50 m2 - R\$ 125,84
- 1.2 - Acima de 50 m2 até 100 m2 - R\$ 251,65
- 1.3 - Acima de 100 m2 até 150 m2 - R\$ 419,42
- 1.4 - Acima de 150 m2 até 270 m2 - R\$ 671,07
- 1.5 - Acima de 270 m2 até 500 m2 - R\$ 1.258,22
- 1.6 - Acima de 500 m2 até 10.000 m2:
 - pelos primeiros 500 m2 - R\$ 1.677,66
 - por área de 100 m2, ou fração excedente - R\$ 83,91
- 1.7 - Acima de 10.000 m2 - R\$ 9.646,37

Já a TFS é cobrada para que o município exerça o poder de polícia sobre locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à saúde pública.³

Assim como a taxa de fiscalização, a TFS também utiliza como referência o tamanho dos estabelecimentos. Segundo o Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 9 de Abril de 2021⁴, as faixas de cobrança são as seguintes:

TFS - Taxa de Fiscalização Sanitária:


- 1.1 - até 50 m2 - R\$ 185,28
- 1.2 - Acima de 50 até 100 m2 - R\$ 277,93
- 1.3 - Acima de 100 até 150 m2 - R\$ 370,60
- 1.4 - Acima de 150 até 270 m2 - R\$ 926,38
- 1.5 - Acima de 270 até 500 m2 - R\$ 1.482,28
- 1.6. - Acima de 500 até 10.000 m2:
 - pelos primeiros 500 m2 - R\$ 2.038,13
 - por área de 100 m2 ou fração excedente - R\$ 185,28
- 1.7 - Acima de 10.000 m2 - R\$ 18.528,53

² Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFLF do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

³ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFS>

⁴ Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFS do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

De acordo com dados obtidos por meio do Portal da Transparência⁵, o Município de Belo Horizonte espera arrecadar, em 2021, o montante de R\$ 47,5 milhões com a cobrança da TFLF. Com a TFS, a arrecadação prevista é de R\$ 12,5 milhões.



PREFEITURA

BELO HORIZONTE

TRANSPARÊNCIA

RECEITAS PÚBLICAS

ARGUMENTOS

Exercício	2021
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS
Espécie	TAXAS
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Subalínea	TAXAS DE INSP. CONTROLE E FISC. - OUTRAS-PRINCIPAL

PÁGINA ANTERIOR

RESULTADO

Detalhe da Receita	Previsão	Arrecadação%	Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar
OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
T.E.A.T. - IPTU - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
T.F.L.F. - TAXA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO ENGENHO PUBLICIDADE - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
TAXA FISCALIZAÇÃO OBRAS PARTICULARES - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - CORR. MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00
T.E.A.T. - TAXA CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFLF no valor de R\$ 47.503.602,00

PREFEITURA
BELO HORIZONTE

TRANSPARÊNCIA
RECEITAS PÚBLICAS

ARGUMENTOS

Exercício	2021
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS
Espécie	TAXAS
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Subalínea	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIG SANITÁRIA-PRINCIPAL

[PÁGINA ANTERIOR](#)

RESULTADO

Detalhe da Receita	Previsão	Arrecadação%	Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar	
T.F.S. - TAXA - PRINC	12.594.110,00		12.345.292,00	98%	32.330.793,00	-248.818,00
T.F.S. - TAXA - CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00		13.131,00	100%	0,00	13.131,00
RESTITUIÇÕES - T.F.S. - PRINC	0,00		-43.445,00	100%	0,00	-43.445,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFS no valor de R\$ 12.594.110,00

⁵ Consulta ao Portal da Transparência Municipal, na aba de Receitas Públicas: <http://transparenciareceitas.pbh.gov.br/index.php>

As publicações dos Editais de Notificação de Lançamento, que citamos acima, nos ajudam a identificar a quantidade de empresas notificadas a arcar com as taxas, bem como o valor cobrado por cada uma, a depender do tamanho de seu espaço físico.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO TFLF
EXERCÍCIO 2021

O Diretor da Diretoria de Lançamentos e Desonerações Tributárias da Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso IV, do artigo 21 da Lei 1.310/1966 com a redação dada pelo artigo 6º da Lei 10.692/2013, NOTIFICA OS CONTRIBUINTES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO-TFLF relacionados e identificados no arquivo digital que integra o presente Edital, disponível para consulta na versão eletrônica do Diário Oficial do Município DOM no site: www.pbh.gov.br/dom, dos LANÇAMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, efetuados nos termos dos artigos 18, 20 e 21 da Lei 5.641/1989, e da Tabela I, item I anexa ao mesmo diploma legal, sendo os valores atualizados em conformidade com o artigo 14, §1º, da Lei 8.147/2000 e artigo 1º da Portaria SMFA 077/2020.

RAZÃO SOCIAL		SEQUÊNCIA		VALOR	
IDENTIFICADOR	NOME	LANÇAMENTO	ÁREA OCUPADA	VALOR DA TAXA(R\$)	
01000060028	CLAUDIO ANTONIO GONCALVES RODRIGUES	13.102.21.00.1302	20	125,84	
01000090016	LIX MODA LTDA	13.102.21.00.1303	175	671,07	
01000160014	LAVANDERIA LAVICAR LTDA	13.102.21.00.1304	64	251,65	
01000200016	PROFITEC CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	13.102.21.00.1305	20	125,84	
01000470013	TERRAPLENAGEM PILAR LTDA	13.102.21.00.1306	20	125,84	
01000490014	RG BORDADOS LIMITADA	13.102.21.00.1307	80	251,65	
01000690013	UISP UNIAO INTERESTADUAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	13.102.21.00.1308	30	125,84	
01000950015	IPANEMA RETIFICA LTDA	13.102.21.00.1309	490	1258,22	
01001060013	TEXTO & ARTE JORNALISMO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	13.102.21.00.1310	37	125,84	
0100109001X	INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI	13.102.21.00.1311	20	125,84	

Imagem: Listagem das empresas notificadas a pagar a TFLF

Analisando a relação de empresas, pode-se identificar que **108.706 estabelecimentos estão sujeitos ao pagamento da TFLF, em 2021.**

Se cruzarmos essa informação com o valor de R\$ 47,5 milhões que Prefeitura espera arrecadar, poderemos concluir que o **valor médio cobrado das empresas pela TFLF é de R\$ 436,99.**

Já para a TFS, utilizando o mesmo método, constatamos que a cobrança da taxa alcança **19.582 estabelecimentos, com o valor médio de R\$ 643,15, conforme tabela abaixo.**

Taxa	Estabelecimentos sujeitos ao pagamento	Estimativa de arrecadação da PBH	Valor médio cobrado pelas taxas
TFLF	108.706	R\$ 47.503.602,00	R\$ 436,99
TFS	19.582	R\$ 12.594.110,00	R\$ 643,15

Pelos dados disponíveis na publicação oficial da Prefeitura, não é possível identificar quantos desses estabelecimentos estão enquadrados em atividades de baixo risco e, portanto, beneficiados com a dispensa de alvarás.

Então, para alcançar uma estimativa dessa proporção, recorreremos à Plataforma DataSebrae⁶, que consolida dados sobre os pequenos negócios divididos em região, estado e município. Concluímos que, dos 364.558 estabelecimentos registrados em Belo Horizonte, 171.228 estão enquadrados entre as atividades econômicas classificadas como baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019. Isso significa que **cerca de 47% dos estabelecimentos podem ser dispensados de alvarás**.

Assim, considerando que 47% dos estabelecimentos listados nos Editais de Lançamento seriam beneficiados com a medida proposta, **estimamos que 51 mil contribuintes ficariam isentos da taxa TFLF, o que representa uma renúncia de receita no valor de R\$ 22,3 milhões, considerando o valor médio da taxa. E outros 9 mil estabelecimentos seriam dispensados da TFS, correspondendo a um impacto de R\$ 5,9 milhões.**

No total, estima-se que a isenção proposta das taxas representaria um **impacto orçamentário-financeiro de R\$ 28,2 milhões ao ano.**

DA PREVISÃO NA LDO

A temática da proposição articula-se com o disposto na Lei nº 11.253/2020, que instituiu diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2021, notadamente com as diretrizes propostas para a Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Art. 2º (...)

VI - Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) fortalecimento das políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com desburocratização, simplificação, melhoria do ambiente de negócios e incentivo ao micro e ao pequeno empresário, visando ao fomento do empreendedorismo e da economia popular solidária;

⁶ Plataforma DataSebrae: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>

DA ORIGEM DOS RECURSOS

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o Programa Reativa BH, contido no Projeto de Lei n. 119/2021, de autoria do Executivo (Mensagem n. 6), que “autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município, e dá outras providências”.

A proposição aguarda aprovação em 2o turno no Plenário da Câmara Municipal para se tornar lei.

O programa cria incentivos à regularização de dívidas pelos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, concedendo descontos nos juros e multas para pagamento, à vista ou parcelado.

Estima-se que a iniciativa permita a regularização de dívidas e resulte na arrecadação de cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021, segundo o portal da Prefeitura⁷.

Dessa forma, parte do montante recuperado no programa de regularização de dívidas servirá para compensar a renúncia de receita resultante da isenção da TFLF e da TFS para os estabelecimentos enquadrados nas atividades de baixo risco.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

⁷ “Prefeitura apresenta projeto de lei que cria o Programa Reativa BH”: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-projeto-de-lei-que-cria-o-programa-reativa-bh>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO

Senhora Presidente,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente Indicação a ser encaminhada ao senhor Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo que seja desenvolvido um sistema ou mecanismo que desburocratize a emissão da declaração de desmembramento de unidades autônomas de condomínios edifícios, de forma que as informações sobre o ITBI dos imóveis sejam disponibilizadas de maneira mais célere.

Verificamos que, nas hipóteses de venda de imóveis na planta ou em construção para entrega futura, a formalização do desmembramento e identificação das unidades imobiliárias autônomas, vale dizer dos apartamentos, lojas, salas ou unidades, que integram os empreendimentos em condomínios edifícios, na forma e nos termos das expressas disposições da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, exige certa burocracia que resulta em um processo que prejudica o atendimento às demandas de ITBI, lançamento ou isenção relacionados a esses empreendimentos imobiliários.

As construtoras e incorporadoras, para desmembrar as unidades autônomas de condomínios edifícios, devem providenciar a elaboração e registro das respectivas convenções de condomínio e sua apresentação à Administração Tributária do Município antes de iniciarem as vendas das unidades. Esse processo pode ser realizado ainda que a baixa da construção não tenha sido concedida, contudo não é um procedimento realizado utilizando recursos de tecnologia da informação e comunicação.

Diante de tal cenário, requeremos que seja implementada uma solução para facilitar a declaração de desmembramento de unidades autônomas de condomínios


Handwritten signatures and initials:
Two signatures and the initials "P" and "A." are visible at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

edifícios, de modo a permitir às construtoras e incorporadoras a prestação das informações necessárias, antes mesmo de iniciar o processos de vendas dessas unidades, mediante recursos de tecnologia da informação e comunicação, em observância às disposições da Lei nº 4.591/1964, em que serão apresentados os dados e informações necessários à apuração do ITBI ou da certidão de isenção pertinentes.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a criação de um sistema de "alvará imediato", de forma online e integrada entre os órgãos públicos municipais, aos moldes do que vem sendo implementado em outros municípios da federação.

Em Campo Grande, por exemplo, o alvará pela internet já promete o fim da burocracia, com liberação no prazo de até 48 horas. O processo para solicitação e concessão do alvará é feito direto no Portal de Serviços da Prefeitura, com a integração dos dados entre as secretarias e, em alguns casos, já se permite o processamento de forma declaratória. Ou seja, o próprio sistema faz a análise e emite a guia municipal de pagamento, trazendo rapidez a um processo que antes durava dias.

Nesse sentido, a implantação do sistema ora sugerido em Belo Horizonte se justifica pela facilidade e uso da tecnologia como instrumento de desburocratização dos serviços municipais, com mais comodidade e eficiência para o cidadão, sobretudo os comerciantes e empresários que impulsionam a atividade econômica e geram emprego e renda na capital.

Por outro lado, a otimização dos alvarás, de forma imediata e integrada pela internet, significa mais economia e racionalização dos procedimentos com ganhos reais para a Administração Pública Municipal, notadamente pelo elevado número de alvarás meramente declaratórios, referentes a empreendimentos considerados de "baixo impacto", a serem definidos pela Administração, que certamente poderá desafogar o sistema para

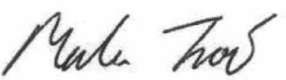


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


concessões de alvarás mais complexos e que demandam maior tempo e servidores capacitados para a análise e concessão.

Diante do exposto, pedimos e esperamos a aprovação da presente Indicação para sugerir a criação de um sistema de "alvará imediato", de forma online e integrada entre os órgãos e secretarias municipais, com vista à racionalização e desburocratização do serviço em Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Projeto de Lei nº ____

Estabelece normas gerais de
funcionamento da Administração
Pública de Belo Horizonte

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Aplica-se esta lei à Administração Pública de Belo Horizonte, direta ou indireta, no exercício da função administrativa.

Parágrafo Único: Havendo conflito entre esta lei e a lei específica, prevalecerá a específica.

Art. 2º - A Administração Pública, sempre que possível, deverá aproveitar seus atos e pareceres já produzidos em processos anteriores que façam referência a identidade de situações e de interessados, como forma de promover o bem estar, a segurança jurídica, a coerência, a boa-fé, a eficiência e o interesse público.

Parágrafo Único: A análise que indeferir ou impor restrições ao exercício de atividade econômica será precedida de análise de impacto regulatório, a qual deverá:

- I. buscar resolver problemas e alcançar metas claramente definidas e ser eficaz na consecução desses objetivos;
- II. ser fundamentada em evidências e proporcional ao problema identificado;
- III. estar fundamentada em uma base legal sólida;
- IV. produzir benefícios que justifiquem os custos;

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

- V. considerar a distribuição dos seus efeitos entre os diferentes atores e grupos;
- VI. minimizar os custos administrativos e eventuais distorções de mercado resultantes de sua implementação;
- VII. ser clara e compreensível aos regulados e usuários;
- VIII. ser consistente com outros regulamentos e políticas;
- IX. ser elaborada de modo transparente, com procedimentos adequados para a manifestação efetiva e tempestiva de atores e grupos interessados; e
- X. considerar os incentivos e mecanismos para alcançar os efeitos desejados, incluindo estratégias de implementação que potencializem seus resultados.

Art. 3º Presume-se a boa-fé, a vulnerabilidade e a hipossuficiência do particular perante a Administração Pública, não podendo a Administração Pública exigir formalidade que imponha ônus, senão para garantir a segurança do ato, de maneira justificada.

§ 1º Poderá a Administração Pública dispensar a apresentação de documentos e assinaturas autenticadas, quando por formas igualmente seguras, puder ser comprovada a identidade do interessado;

§ 2º Os procedimentos para solicitação de alvarás, licenças, outorgas e autorizações serão centralizados, ainda que a competência seja desconcentrada.

Art. 4º A Administração Pública fará revisão periódica de forma a promover o melhor bem estar do regulado, devendo disponibilizar em seu portal, em local de fácil acesso, informações indelévels sobre a melhoria do ambiente regulatório.

Parágrafo Único: A Administração Pública promoverá, sempre que possível, boas práticas regulatórias, como:

- I) Regulação Responsiva;

9



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

- II) Políticas Públicas baseadas em evidências;
- III) Promoção de Políticas afirmativas e de respeito ao interesse do regulado;
- IV) Promoção do bem-estar econômico e da livre iniciativa.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Caberá ao Executivo, em 90 dias, regulamentar esta lei.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.

Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora

Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente

Vereador Léo
PSL
Sub-relator

Vereador Ciro Pereira
PTB

Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE



JUSTIFICATIVA:

1. A NORMA COMO UM VETOR COMPORTAMENTAL

A Análise Econômica do Direito busca estudar, a partir do reconhecimento da escassez e da maximização de riqueza, como o agente regulado reage aos estímulos legais, situando, a partir daí, a norma como um vetor comportamental.

Por isso, reconhecer a concretude das consequências da tomada de decisão importa em dar legitimidade e concretude ao *enforcement* legal. Cita-se Richard Posner:

Qual seria um ótimo sistema de penalidades fiscais? Envolveria maior ou menor uso da sanção penal do que atualmente? O produto marginal de várias formas de atividades de fiscalização (por exemplo, auditorias de contribuintes individuais e corporativos) excede o custo marginal e, nesse caso, esse resultado pode ser defendido? Qual é o papel apropriado, do ponto de vista da eficiência, do imposto pago? informante? (...) Esses tipos de perguntas estão dentro da competência analítica da economia para responder, e dados adequados para apoiar respostas empíricas confiáveis parecem estar disponíveis. Nosso conhecimento do processo de aplicação da lei seria grandemente enriquecido por mais alguns estudos econômicos de programas e agências de fiscalização específicos. POSNER, Richard A. The economic approach to law, 53. Texas Law, Review, v. 757 1975.

Sobre o tema, o Juíz Oliver Wendel Holmes leciona:

"A vida do direito não tem sido lógica: tem sido experiência. As necessidades sentidas em todas as épocas, as teorias morais e políticas que prevalecem, as intuições das políticas públicas, claras ou inconscientes, e até mesmo os preconceitos com os quais os juízes julgam, têm importância muito maior do que silogismos na determinação das regras pelas quais os homens devem ser governados. (HOLMES, 1991, p. 1).

9

nov 5

R

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



O ponto comum entre a doutrina da Análise Econômica do Direito e do movimento conhecido como Realismo Jurídico decorre do reconhecimento da concretude da realidade, ou seja, um verdadeiro império do real.

Por isto, é evidentemente equivocado pensar e discorrer sobre normas, princípios e valores quando descontextualizado de um contexto maior e como os agentes econômicos determinam sua conduta, a partir do mecanismo de incentivo que lhes foi dado.

2. DA LINDB – As CONSEQUÊNCIAS AINDA IMPORTAM

A Constituição da República estabeleceu, no art. 170, que a ordem econômica deve ser fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e possui, dentre os seus princípios, a livre concorrência.

A partir deste degrau normativo constitucional ganha legitimidade a Lei de Liberdade Econômica (Lei Nº 13.874/2019) e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ambivalência normativa que parte do núcleo duro da realidade. Veja-se o artigo 20 da LINDB:

*Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e **judicial**, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos **sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.***

George A. Akerlof, laureado com prêmio Nobel de economia em 2001, desenvolveu seminal trabalho em que investiga sobre a assimetria de informação e o processo de tomada de decisão.

Basicamente, Akerlof se debruçou sobre o mercado de carros usados, nomeando como lemons os carros de qualidade duvidosa, algo que poderia ser traduzido como abacaxi ou pepino. O ponto é, como no mercado de carros usados há inegáveis abacaxis e pepinos, há uma tendência natural de os carros bons não estarem disponíveis neste mercado, isto porque o seu proprietário, por saber seu histórico, não aceita a valorização que é posta pelo mercado de usados.

hens
J. M.
Gustavo



Um comprador no mercado de usados, em razão da inegável assimetria de informação sobre o passado daquele bem, tende a desvalorizá-lo ao máximo, situação esta que desestimula os proprietários de bons veículos a aceitar alguma proposta para vendê-los, estimulando, lado outro, que circule no mercado de usados apenas os lemons.¹

A assimetria de informação então se relaciona como causa para o efeito da seleção adversa que consiste numa escolha ineficiente pelo decisor, motivada pela incompletude ou deficiência do nível de informação existentes.

Logo, por desconhecer ou conhecer mal o nível de informação existente, o decisor escolhe de maneira prejudicial aos seus próprios interesses.

3. DO COMPORTAMENTO MICROECONÔMICO (EGOÍSMO) E AS EXTERNALIDADES

A economia pode ser compreendida como a ciência social aplicada que busca explicar como as escolhas são praticadas pelos agentes econômicos, a partir da dinâmica dos custos e benefícios e da fatalidade da escassez.

O processo de tomada de decisão individual é analisado sobre o contexto da *microeconomia*, isto é, não levando em consideração os efeitos perante terceiros da escolha tomada. Trata-se de uma análise meramente situada sobre o agir do indivíduo.

¹ A new car may be a good car or a lemon, and of course the same is true of used cars. The individuals in this market buy a new automobile without knowing whether the car they buy will be good or a lemon. But they do know that with probability q it is a good car and with probability $(1-q)$ it is a lemon; by assumption, q is the proportion of good cars produced and $(1-q)$ is the proportion of lemons. After owning a specific car, however, for a length of time, the car owner can form a good idea of the quality of this machine; i.e., the owner assigns a new probability to the event that his car is a lemon. This estimate is more accurate than the original estimate. An asymmetry in available information has developed: for the sellers now have more knowledge about the quality of a car than the buyers. But good cars and bad cars must still sell at the same price - since it is impossible for a buyer to tell the difference between a good car and a bad car. It is apparent that a used car cannot have the same valuation as a new car - if it did have the same valuation, it would clearly be advantageous to trade a lemon at the price of new car, and buy another new car, at a higher probability q of being good and a lower probability of being bad. Thus the owner of a good machine must be locked in. Not only is it true that he cannot receive the true value of his car, but he cannot even obtain the expected value of a new car. Gresham's law has made a modified reappearance. For most cars traded will be the "lemons," and good cars may not be traded at all. The "bad" cars tend to drive out the good (in much the same way that bad money drives out the good). But the analogy with Gresham's law is not quite complete: bad cars drive out the good because they sell at the same price as good cars; similarly, bad money drives out good because the exchange rate is even. But the bad cars sell at the same price as good cars since it is impossible for a buyer to tell the difference between a good and a bad car; only the seller knows. In Gresham's law, however, presumably both buyer and seller can tell the difference between good and bad money. So the analogy is instructive, but not complete. AKERLOF, George A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism Author(s): Source: The Quarterly Journal of Economics, Vol. 84, No. 3 (Aug., 1970), pp. 488-500: The MIT Press Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/1879431> Acessado em : 20 out 2020 04:20.

9

THW

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

Naturalmente, pela vida em sociedade e a partir do reconhecimento que a ação individual pode ricochetear em bens jurídicos de titularidade de terceiros, estes podem se sentir mobilizados a reagir a partir da ação praticada, aproveitando os benefícios ou buscando reparação contra os prejuízos. Estes efeitos perante terceiros, são as chamadas externalidades, que podem ser positivas ou negativas.

Quando do julgamento da APDF nº449, o Supremo Tribunal Federal, em voto da lavra do Ministro Luiz Fux, assim fundamentou, ao citar o DEE, Departamento de Estudos Econômicos do CADE:

(...) Como será visto adiante, a ciência econômica fornece um conjunto de elementos analíticos para a mensuração e a simulação de potenciais efeitos decorrentes de externalidades de consumo, bem como um rol de proposições de políticas públicas mitigadoras de tais efeitos, de modo que a proibição ou banimento de qualquer solução que traga aumento de bem estar a um grupo de consumidores seria desnecessária e contraproducente; (Departamento de Estudos Econômicos – DEE, CADE. “O Mercado de Transporte Individual de Passageiros: Regulação, Externalidades e Equilíbrio Urbano”. p. 6, 8-9, 14-15. Disponível em <www.cade.gov.br>)

A tutela e os incentivos praticados em favor de dado grupo pode gerar um efeito *free-rider* (caroneiros) situação esta que estimula condutas de parasitismo e oportunismo, desestimulando a coesão e gerando instabilidade social.

Ainda que a matriz econômica traga este inegável fato e a supremacia da realidade, cita-se que, também por uma matriz filosófica, o estímulo ao oportunismo e ao individualismo pode ricochetear no direito de terceiros, o que violaria o próprio pensamento Kantiano.



Pela regra do reconhecimento, todos os sujeitos da coletividade são fins em si mesmos, estimulando-se a mais plena possível igualdade de direitos, de modo que "(...) Cada um só possui os direitos que aceita para os outros, ou seja, cada um é sujeito de direito na mesma medida em que reconhece o outro como sujeito de direito" (BARZOTTO, Luis Fernando. Justiça Social: gênese, estrutura e aplicação de um conceito, in Revista Jurídica Virtual, vol. 5, n. 48, p. 1-21, maio 2003, p. 7).

Com essa estruturação, a regulação econômica assume novo papel, enfatizando-se a eficiência e o interesse público. Cita-se Eduardo Goulart Pimenta²:

O Direito é eficiente, segundo o padrão ótimo de Pareto, quando molda a conduta dos indivíduos de forma a incentivá-los a alocar os recursos materiais disponíveis na propriedade daqueles que mais os desejem.

Cumpra à legislação, como variável economicamente relevante, incentivar a que os agentes econômicos se movam a produzir a quantidade ideal de sorvetes e a trocá-los entre si até que se seja atingido o nível em que qualquer alteração superveniente seja prejudicial aos interesses envolvidos.

² PIMENTA, Eduardo Goulart. Direito, economia e relações patrimoniais privadas. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 43, n. 170, abr. /jun. 2006, p. 164.



Sobre o tema Regulação, Gustavo Binenbojm³ expõe:

Conforme dito anteriormente, regular é exercer, em algum grau, uma atividade de controle comportamental tendo em vista uma finalidade regulatória pretendida. No entanto, tal afirmação exige três considerações preliminares que dialogam entre si. A primeira diz respeito à identificação clara do objetivo ou da finalidade regulatória socialmente desejada, a fim de avaliar qual a medida mais eficiente, entre todas disponíveis, para gerar o resultado esperado. A segunda consideração refere-se à necessidade de avaliação das variáveis temporais e da intensidade da medida escolhida, pois a conjuntura subjacente pode mudar a qualquer momento, interferindo na eficácia da regulação aplicada. Finalmente, uma última consideração diz respeito a indagação sobre os custos, diretos e indiretos, da regulação pretendida. (Poder de Polícia, Ordenação e Regulação, 2020)

A autora Érica Gorga no estudo *Culture And Corporate Law Reform: A Case Study Of Brazil*, também indica uma variável cultura que nos afasta dos ideais estabelecidos por Black:

³ Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações políticojurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. 3. ed. / Gustavo Binenbojm; prefácio de Luis Roberto Barroso; apresentação de Carlos Ari Sundfeld. Belo Horizonte: Fórum, 2020.



Considere estes dois métodos diferentes de ensino de direito societário. Uma abordagem é discutir o que a lei é, quais as suas possíveis interpretações são, como a lei se encaixa na ordem jurídica e quais são os processos judiciais relevantes. Esta é a abordagem largamente adotado no Brasil. Outra abordagem é discutir o que a lei é, como isso afeta o comportamento dos agentes econômicos, quais são suas possíveis interpretações que tendem a maximizar o valor global é, quais os incentivos que a lei poderia fornecer à fabricação de estruturas organizacionais mais eficientes, quais os relevantes casos judiciais são, e como os casos interferem no contexto corporativo. Será que esses casos judiciais fornecem soluções que levem as partes a adotar incentivos adequados? Será que essas decisões judiciais aumentam os custos de transação? A lei garante bons incentivos para desencorajar comportamentos oportunistas? Esta segunda abordagem é mais vantajosa porque liga o estudo do direito empresarial com o ambiente de negócios atual. No entanto, as faculdades de direito brasileiras ignoram este segundo método de lei de ensino. (tradução noss).

O comportamento oportunista e o descompromisso com as regras regulatórias ofendem, simultaneamente, a coesão e convergência de atitudes impostos pela norma e ainda uma violação ao tratamento isonômico que deve respaldar a impessoalidade.

4. A HERMENÊUTICA RETROSPECTIVA

Ao julgar a Constitucionalidade do RDC (regime diferenciado de contratação), o Supremo Tribunal Federal, em voto do então Relator Min. Luiz Fux assim pontuou:

Três
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]



Todavia, como bem expõe o Ministro Roberto Barroso em trabalho acadêmico " [d]eve-se rejeitar uma das patologias crônicas da hermenêutica constitucional brasileira, que é a interpretação retrospectiva, pela qual se procura interpretar o texto novo de maneira a que ele não inove nada, mas, ao revés, fique tão parecido quanto possível com o antigo " (BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição – fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 67).

Deve haver cuidado, por conseguinte, na interpretação da Constituição, sob pena de, a pretexto de se conferir significação à obrigação geral de o Poder Público licitar, contida no art. 37, XXI, da CRFB, ser feita uma leitura da Constituição à luz da Lei 8.666/1993 – e não o contrário.

Nessa linha, este Tribunal não pode desprezar as considerações práticas inerentes às contratações públicas e ao desenvolvimento da infraestrutura nacional, **impondo ideais ineficientes, perfeccionistas e incompatíveis com as limitações orçamentárias, administrativas e técnicas próprias da atuação do Poder Público.** É esta, aliás, a orientação hoje contida no art. 20, caput, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, após as alterações da Lei no 13.655/2018, que positiva essa vertente pragmático-consequencialista da função judicante ao determinar que " nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão ".

Trata-se, em suma, de prezar, por meio dessa perspectiva deferente e autocontida, pela vocação democrática e maior capacidade institucional do Legislador **para a realização de escolhas regulatórias macroscópicas.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Antes de passar ao exame pormenorizado da constitucionalidade de cada uma das matérias impugnadas, impõe assentar que uma nova modelagem para licitações e contratações não será, por si só, capaz de erradicar as mazelas relativas à promiscuidade entre interesses públicos e privados nas contratações públicas brasileiras. Não há legislação que dê conta de eliminar cabalmente esse mal que possui, além de raízes jurídicas, contornos culturais e sociais em que o Direito não é capaz de penetrar.

Por isto, ao se inovar, deve o agente, apoiado em estatísticas e em evidências, construir um ambiente regulatório saudável, afastando-se daquilo que ficou conhecido como direito administrativo do medo ou direito administrativo do inimigo, para que haja a produção de um ecossistema regulatório sustentável.



INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão Especial de Estudo de Estudos – Desburocratização do Setor Econômico – desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº _____, de autoria dos vereadores que compõem a Comissão, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, para sugerir a adoção da seguinte medida, pelos fundamentos que se seguem.

Recebemos por meio do site www.desburocra.com, criado pela Comissão Especial de Estudos de Desburocratização do Setor Econômico, diversas reclamações de que o sistema BHISS Digital se encontra desatualizado, dificultando a vida do empreendedor belo-horizontino. O sistema não possibilita que sejam emitidas diversas notas fiscais em sequência e também possui compreensão confusa pelos usuários, tornando-o mais um dificultador para os comerciantes, autônomos, empreendedores e MEI's do município.

Com todo o exposto, indica-se ao Executivo Municipal que o sistema BHISS Digital seja atualizado de forma a reduzir o seu número de paralisações e sobrecargas. Indicamos que seja permitida a impressão de mais de uma nota fiscal por acesso e também que seja desenvolvido um sistema de forma a facilitar a alteração do cadastro de empresas.

Ainda, sugere-se a criação de um sistema único que identifique todas as taxas e impostos pagos anualmente pelas empresas, favorecendo o pagamento dos tributos devidos e a redução da inadimplência, por consequência.



As facilidades sugeridas nessa indicação irão auxiliar a cidade de Belo Horizonte a ter um ambiente mais amistoso e convidativo para negócios e investimentos.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021



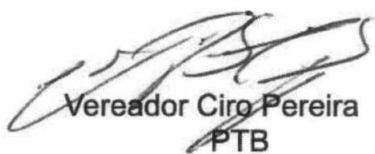
Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora



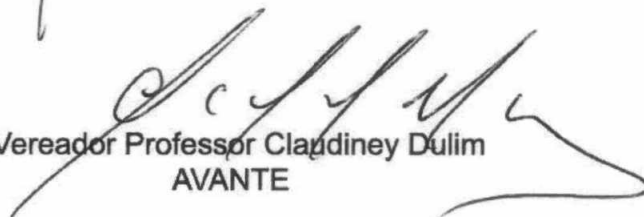
Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente



Vereador Léo
PSL
Sub-relator



Vereador Ciro Pereira
PTB



Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão Especial de Estudos – Desburocratização do Setor Econômico – desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº _____, de autoria dos vereadores da Comissão, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, para sugerir a adoção da seguinte medida, pelos fundamentos que se seguem.

Observa-se que a Prefeitura de Belo Horizonte possui, ao menos, quatro importantes canais informatizados de atendimento aos munícipes. São eles:

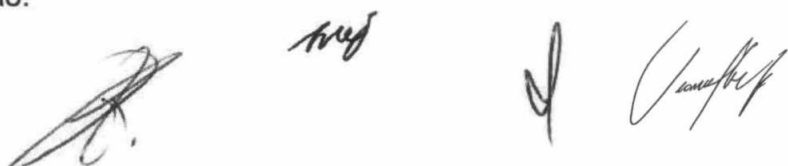
- **SIGESP** - sistema utilizado pela PBH para registro e gestão da abertura, tramitação e encerramento de solicitações de serviços e processos administrativos, seja pelos agentes públicos ativos, aposentados e pensionistas. O objetivo da utilização deste é dar celeridade e transparência ao atendimento, na medida que dispensa, em várias etapas, a presença do requerente no atendimento presencial, além de permitir o acompanhamento da tramitação da solicitação pelo e-mail do requerente e/ou pelo sistema.
- **SAC WEB** – o Sistema Informatizado de Atendimento ao Cidadão (SACWEB) registra as solicitações de serviços dos cidadãos, encaminha automaticamente para as unidades



responsáveis pela sua execução, permite o acesso às informações e, assim, o acompanhamento do atendimento da solicitação por parte do cidadão.

- **PORTAL DE SERVIÇOS:** é a plataforma unificada de serviços da Prefeitura de Belo Horizonte. Representa o ponto de partida de todos os canais de atendimento (presencial, telefônico e digital). Disponibiliza informações, como por exemplo: o que é o serviço, exigências, prazos, passo a passo, serviços relacionados, legislação, material Informativo, órgão ou unidade responsável. A partir do Portal é possível, ainda, agendar os serviços que estejam disponíveis, solicitar serviços digitais e acompanhar o andamento de suas demandas, proporcionando conveniência, facilidade e agilidade. Além de ampliar e aperfeiçoar a oferta de serviços digitais, o Portal de Serviços é um instrumento moderno e atualizado de relacionamento entre a Prefeitura e os usuários dos serviços públicos.
- **TAG-GESTÃO DE DEMANDAS DA BHTRANS:** permite registrar, anexar documentos, complementar informações, acompanhar e receber a resposta das suas demandas relativas a trânsito e mobilidade do município de Belo Horizonte.

Apesar de observarmos que a PBH vem paulatinamente modernizando e digitalizando o atendimento às demandas da população, ainda assim coexistem muitas plataformas que, por muitas vezes, dispõem de objetivos semelhantes (solicitações de serviços), o que gera confusão e dificulta o dia a dia do cidadão.




Neste sentido, indica-se à Prefeitura de Belo Horizonte a unificação dos sistemas supracitados para tornar mais simples a interação dos belo-horizontinos com o poder público.


Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.



Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora



Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente



Vereador Léo
PSL
Sub-relator



Vereador Ciro Pereira
PTB



Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão Especial de Estudos – Desburocratização do Setor Econômico – desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº _____, de autoria dos vereadores da Comissão, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, para sugerir a adoção da seguinte medida, pelos fundamentos que se seguem.

A Indicação que se segue trata sobre a insuficiência de dados e indicadores econômicos dispostos pela Prefeitura de Belo Horizonte a fim de subsidiar a tomada de decisão do empreendedor nesta Capital.

É de suma importância a tratativa da questão, pois a disponibilização de dados econômicos de forma detalhada e robusta são fundamentais para que interessados em abrir, transformar ou expandir uma empresa possam construir um planejamento estratégico que o ajude na resolução do intento.

Neste sentido, no que tange ao tema, encontram-se no site da PBH apenas os seguintes dados:

- **Indicadores demográficos e socioeconômicos.**

<https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>

Conforme dispõe o título, a página apresenta dados demográficos e socioeconômicos de Belo Horizonte com detalhamento por regional. Possui uma base de dados demográficos com dados como pirâmide etária, renda média,



quantitativo populacional, proporção entre homens e mulheres.

- **Boletim Econômico.**

<https://prefeitura.pbh.gov.br/desenvolvimento/boletim-economico>

Segundo consta no site, o Boletim busca ser uma fonte de informação para o cidadão, gestores, investidores, empreendedores, jornalistas e estudantes, complementando as demais fontes, públicas e privadas, já existentes. Tal documento, apresentado mensalmente, dispõe sobre importantes informações acerca da taxa de emprego formal e de suas variações no ano, bem como de dados estatísticos sobre o quantitativo de empresas sem qualquer discriminação.

Conforme se verifica, as informações são restritas e os dados disponíveis não são suficientes para se concretizar uma pesquisa de mercado substancial no intuito de auxiliar o empreendedor no melhor planejamento estratégico.

Neste sentido, indica-se à PBH uma melhoria na disposição de dados econômicos no site oficial, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico a partir da análise de mercado. Tais medidas permitem que empreendedores e analistas façam uma leitura precisa do cenário municipal para construir um planejamento estratégico no intuito de subsidiar a tomada de decisão no negócio.


Para uma contribuição satisfatória, é necessário que a PBH unifique, atualize e publicize dados detalhados por bairro ou região, como número de estabelecimentos por CNAE, o porte destes estabelecimentos, a arrecadação de tributos, dados geoespaciais de crimes contra a vida e o patrimônio, dentre




outros elementos importantes para que os empreendedores e analistas façam uma leitura precisa do cenário municipal, cruzem dados e auxiliem na tomada de decisão.


Sugere-se ainda, na falta de pessoal qualificado para prestar as informações de forma detalhada nos quadros do Poder Executivo, que a PBH firme convênios com associações comerciais, entidades públicas ou privadas que disponibilizem dados econômicos de forma detalhada e robusta para o melhor entendimento do mercado no Município.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão Especial de Estudo de Estudos – Desburocratização do Setor Econômico – desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº _____, de autoria dos vereadores que compõem a Comissão, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, para sugerir a adoção da seguinte medida, pelos fundamentos que se seguem.

Em Belo Horizonte, diferentes órgãos oferecem o serviço de achados e perdidos, o que dificulta a busca por um documento quando um cidadão o perde. Destacam-se como órgãos que recebem documentos perdidos, por exemplo, os Correios, a Rodoviária, a CBTU e demais organizações ou estabelecimentos privados de uso coletivo.

Cumpre ainda ressaltar que não só àqueles que tiveram um documento extraviado recai a dúvida sobre o local certo para encontrá-lo. Também pode-se perceber que as pessoas que encontram um documento na rua, por vezes, não sabem a quem devem confiar os bens encontrados.

Neste sentido, indica-se ao Executivo Municipal a criação dentro do próprio site oficial da Prefeitura, em seção destinada exclusivamente para esse fim, no qual seriam disponibilizadas as informações dos documentos que estão em cada uma das centrais de recebimento. Assim, a pessoa que sentir falta de





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE


algum documento pode pessoalmente procurar ou consultar o site de referência, sem sair de casa, no intento de verificar se o documento extraviado encontra-se em posse do referido instrumento público.

Tal medida conferiria conforto aos munícipes e evitaria gastos e deslocamentos desnecessários pelos cidadãos belo-horizontinos para lograr êxito no intento de encontrar um documento perdido, pois ele se deslocaria apenas para o local correto onde está o seu documento.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo melhorias nos métodos de "Inteligência Virtual" do Portal da Secretaria Municipal de Fazenda de Belo Horizonte, com o objetivo de proporcionar ao cidadão mais navegabilidade, transparência e interatividade no que tange às informações sobre os tributos devidos, formas de pagamento e isenções.

Tal sugestão perpassa pela criação de um layout mais moderno, com navegação intuitiva e conteúdo acessível ao usuário do sistema, sobretudo quando o tema é pagamento e arrecadação de impostos. O objetivo é garantir que o pagador de impostos possa acessar com mais facilidade e menos cliques os dados sobre taxas e impostos que ele necessita pagar.

Nessa era da informação, especialmente após a Lei de Acesso à Informação, o aprimoramento de comunicação dos órgãos fazendários com a sociedade vem ganhando especial relevância não só por ser um instrumento eficaz de redução da inadimplência, mas também por ser um mecanismo de prestação de contas (*accountability*) obrigatória e transparente de seus atos, estimulando a participação social através da tecnologia da informação. Ferramentas como *whatsapp bot*, implementados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas, são uma forma simples e com resultados muito positivos e bem avaliados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante do exposto, pedimos e esperamos a aprovação da presente Indicação para sugerir ao prefeito melhorias nos métodos de "Inteligência Virtual" do Portal da Secretaria Municipal de Fazenda de Belo Horizonte, com objetivo de proporcionar interatividade com o pagador de impostos, além de mais transparência e eficiência do sistema municipal de arrecadação, nos termos explicitados.

Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora

Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente

Vereador Léo
PSL
Sub-relator

Vereador Ciro Pereira
PTB

Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



Projeto de Lei nº _____

Estabelece normas para
simplificação de atos em
processos administrativos
municipais

A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA:

Art. 1º - Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, visando, em especial, a simplificação de atos administrativos, no curso da prestação do serviço público.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 3º - Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo quando a Lei expressamente exigir.

Art. 4º - É dispensada a exigência de:

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;



III - juntada de documento pessoal do usuário do serviço público, que poderá ser substituído por cópia a ser autenticada pelo próprio agente administrativo, em equivalência à autenticação cartorial;

IV - apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

§1º - É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§2º - Cabe ao usuário do serviço público a prova dos fatos que tenha alegado.


§3º - Quando o usuário do serviço público declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 5º - Os usuários do serviço público têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

§1º - Cabe à Administração disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, mecanismos próprios para a apresentação, pelo cidadão, de requerimento relativo a seus direitos.

§2º - O requerimento a que se refere o parágrafo 1º tramitará eletrônica ou fisicamente, e eventuais exigências ou diligências serão comunicadas pela internet ou por via postal.

Art. 6º - Caberá às Secretarias Municipais a criação de grupos setoriais de trabalho ou de comissões com os seguintes objetivos:





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

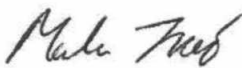
Dirleg	Fl.

I - identificar, nas respectivas áreas, dispositivos legais ou regulamentares que prevejam exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários ou redundantes;


II - sugerir medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia na pasta.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulin
AVANTE



Justificativa

Este Projeto visa instituir e incentivar medidas que desburocratizam o serviço público municipal, de modo a viabilizar o alcance do interesse público por meio de atos administrativos eficazes.

O projeto em questão se coaduna com os termos da Lei Federal nº 13.726/18, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação. Pois bem, referida Lei facultou aos Municípios, por exemplo, a criação de grupos setoriais de trabalho com os seguintes objetivos:

- i) Identificar, nas respectivas áreas, dispositivos legais ou regulamentares que prevejam exigências descabidas ou exageradas ou procedimentos desnecessários ou redundantes;
- ii) Sugerir medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

Tais grupos serão fundamentais para apontar medidas desburocratizadas em situações específicas de cada Pasta.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

Apresentamos à Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a isenção da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento – TFLF aos setores dispensados de atos públicos de liberação de atividade econômica, previstas no “anexo I” do Decreto nº 17.245/2019.

As atividades elencadas no referido decreto constituem setores econômicos fortemente impactados pela pandemia do COVID-19 e que ainda buscam alternativas para retomada e normalização das atividades cotidianas.

O objetivo da isenção, ora pleiteada, é incentivar o crescimento desses setores, trazendo um alento aos comerciantes e empresários prejudicados pelo longo período de fechamento da capital, sendo também um auxílio adicional para recuperação dos seus negócios, assim como para regularização tributária e fiscal dos seus estabelecimentos.

Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e conforme detalhado no estudo de impacto econômico em anexo, a renúncia de receita decorrente da dispensa da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco, resultará em uma redução anual de receita estimada em R\$ 22,3 milhões por ano.

[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o programa de regularização de dívidas "Reativa BH", que tem arrecadação estimada em cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021.

Diante do exposto, pedimos e esperamos a aprovação da presente Indicação para sugerir a isenção da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento – TFLF às atividades econômicas previstas no "anexo I" do Decreto nº 17.245/2019.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte

ESTUDO DE IMPACTO

**Isenção da TFLF e TFS para
estabelecimentos de baixo impacto**

RESUMO:

Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita decorrente da dispensa da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco, resultará em uma redução anual de receita estimada em R\$ 22,3 milhões, e a dispensa da Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) para o mesmo grupo, importará na redução anual de receita estimada em R\$ 5,9 milhões, totalizando o valor de R\$ 28.200.000,00 por ano.

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o programa de regularização de dívidas "Reativa BH", que tem arrecadação estimada em cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

INTRODUÇÃO

O presente estudo de impacto orçamentário-financeiro objetiva dar embasamento à elaboração de projeto de lei que visa isentar do pagamento de taxas da Prefeitura, como a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) e a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS), para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019.

Os incentivos propostos contribuirão para reduzir o custo de se empreender em Belo Horizonte, com redução da burocracia e melhoria do ambiente de negócios. A iniciativa constitui um valioso apoio aos empreendedores e, certamente, trará impactos positivos na atração de investimentos para nossa Capital.

Para atender o disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a concessão ou ampliação do benefício tributário deve:

- 1) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes,
- 2) atender ao disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- 3) e a uma das seguintes condições:
 - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO
 - ou, alternativamente, estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

A seguir, será abordado em detalhes sobre cada uma das condições exigidas para a concessão de benefícios fiscais.

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Cabe esclarecer que a TFLF é uma taxa que a Prefeitura de Belo Horizonte cobra das empresas para a fiscalização exercida pelo município sobre a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas e ao meio ambiente.¹

¹ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFLF>

O valor cobrado tem como referência o tamanho dos estabelecimentos, isto é, a área utilizada em metros quadrados. O Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 8 de Abril de 2021², nos dá a dimensão do valor cobrado em cada faixa. Vejamos:

TFLF - Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento:

- 1.1 - Até 50 m² - R\$ 125,84
- 1.2 - Acima de 50 m² até 100 m² - R\$ 251,65
- 1.3 - Acima de 100 m² até 150 m² - R\$ 419,42
- 1.4 - Acima de 150 m² até 270 m² - R\$ 671,07
- 1.5 - Acima de 270 m² até 500 m² - R\$ 1.258,22
- 1.6 - Acima de 500 m² até 10.000 m²:
 - pelos primeiros 500 m² - R\$ 1.677,66
 - por área de 100 m², ou fração excedente - R\$ 83,91
- 1.7 - Acima de 10.000 m² - R\$ 9.646,37

Já a TFS é cobrada para que o município exerça o poder de polícia sobre locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à saúde pública.³

Assim como a taxa de fiscalização, a TFS também utiliza como referência o tamanho dos estabelecimentos. Segundo o Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 9 de Abril de 2021⁴, as faixas de cobrança são as seguintes:

TFS - Taxa de Fiscalização Sanitária:

- 1.1 - até 50 m² - R\$ 185,28
- 1.2 - Acima de 50 até 100 m² - R\$ 277,93
- 1.3 - Acima de 100 até 150 m² - R\$ 370,60
- 1.4 - Acima de 150 até 270 m² - R\$ 926,38
- 1.5 - Acima de 270 até 500 m² - R\$ 1.482,28
- 1.6. - Acima de 500 até 10.000 m²:
 - pelos primeiros 500 m² - R\$ 2.038,13
 - por área de 100 m² ou fração excedente - R\$ 185,28
- 1.7 - Acima de 10.000 m² - R\$ 18.528,53

² Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFLF do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

³ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFS>

⁴ Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFS do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

De acordo com dados obtidos por meio do Portal da Transparência⁵, o Município de Belo Horizonte espera arrecadar, em 2021, o montante de R\$ 47,5 milhões com a cobrança da TFLF. Com a TFS, a arrecadação prevista é de R\$ 12,5 milhões.



PREFEITURA

BELO HORIZONTE

TRANSPARÊNCIA

RECEITAS PÚBLICAS

ARGUMENTOS

Exercício	2021
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS
Espécie	TAXAS
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Subalínea	TAXAS DE INSP. CONTROLE E FISC. - OUTRAS-PRINCIPAL

PÁGINA ANTERIOR

RESULTADO

Detalhe da Receita	Previsão	Arrecadação	%	Arrecadado	Saldo a Arrecadar
OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
T.F.A.T. - IPTU - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
T.F.L.F. - TAXA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO ENGENHO PUBLICIDADE - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
TAXA FISCALIZAÇÃO OBRAS PARTICULARES - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - CORR. MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00
T.F.A.T. - TAXA CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFLF no valor de R\$ 47.503.602,00

PREFEITURA
BELO HORIZONTE

TRANSPARÊNCIA
RECEITAS PÚBLICAS

ARGUMENTOS

Exercício	2021
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS
Espécie	TAXAS
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Subalínea	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIG SANITÁRIA-PRINCIPAL

PÁGINA ANTERIOR

RESULTADO

Detalhe da Receita	Previsão	Arrecadação	%	Arrecadado	Saldo a Arrecadar
T.F.S. - TAXA - PRINC	12.594.110,00	12.345.292,00	98%	32.330.793,00	-248.818,00
T.F.S. - TAXA - CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00	13.131,00	100%	0,00	13.131,00
RESTITUIÇÕES - T.F.S. - PRINC	0,00	-43.445,00	100%	0,00	-43.445,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFS no valor de R\$ 12.594.110,00

⁵ Consulta ao Portal da Transparência Municipal, na aba de Receitas Públicas: <http://transparenciareceitas.pbh.gov.br/index.php>

As publicações dos Editais de Notificação de Lançamento, que citamos acima, nos ajudam a identificar a quantidade de empresas notificadas a arcar com as taxas, bem como o valor cobrado por cada uma, a depender do tamanho de seu espaço físico.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO TFLF
EXERCÍCIO 2021

O Diretor da Diretoria de Lançamentos e Desonerações Tributárias da Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso IV, do artigo 21 da Lei 1.310/1966 com a redação dada pelo artigo 6º da Lei 10.692/2013, NOTIFICA OS CONTRIBUINTES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO-TFLF relacionados e identificados no arquivo digital que integra o presente Edital, disponível para consulta na versão eletrônica do Diário Oficial do Município DOM no site: www.pbh.gov.br/dom, dos LANÇAMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, efetuados nos termos dos artigos 18, 20 e 21 da Lei 5.641/1989, e da Tabela I, item I anexa ao mesmo diploma legal, sendo os valores atualizados em conformidade com o artigo 14, §1º, da Lei 8.147/2000 e artigo 1º da Portaria SMFA 077/2020.

RAZÃO SOCIAL		SEQUÊNCIA		VALOR	
IDENTIFICADOR	NOME	LANÇAMENTO	ÁREA OCUPADA	VALOR DA TAXA (R\$)	
01000060028	CLAUDIO ANTONIO GONCALVES RODRIGUES	13.102.21.00.1302	20	125,84	
01000090016	LMX MODA LTDA	13.102.21.00.1303	175	671,07	
01000160014	LAVANDERIA LAVICAR LTDA	13.102.21.00.1304	64	251,65	
01000200016	PROFITEC CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	13.102.21.00.1305	20	125,84	
01000470013	TERRAPLENAGEM PILAR LTDA	13.102.21.00.1306	20	125,84	
01000490014	RG BORDADOS LIMITADA	13.102.21.00.1307	80	251,65	
01000690013	UISP UNIAO INTERESTADUAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	13.102.21.00.1308	30	125,84	
01000950015	IPANEMA RETIFICA LTDA	13.102.21.00.1309	490	1258,22	
01001060013	TEXTO & ARTE JORNALISMO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	13.102.21.00.1310	37	125,84	
0100109001X	INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI	13.102.21.00.1311	20	125,84	

Imagem: Listagem das empresas notificadas a pagar a TFLF

Analisando a relação de empresas, pode-se identificar que **108.706 estabelecimentos estão sujeitos ao pagamento da TFLF, em 2021.**

Se cruzarmos essa informação com o valor de R\$ 47,5 milhões que Prefeitura espera arrecadar, poderemos concluir que o **valor médio cobrado das empresas pela TFLF é de R\$ 436,99.**

Já para a TFS, utilizando o mesmo método, constatamos que a cobrança da taxa alcança **19.582 estabelecimentos, com o valor médio de R\$ 643,15**, conforme tabela abaixo.

Taxa	Estabelecimentos sujeitos ao pagamento	Estimativa de arrecadação da PBH	Valor médio cobrado pelas taxas
TFLF	108.706	R\$ 47.503.602,00	R\$ 436,99
TFS	19.582	R\$ 12.594.110,00	R\$ 643,15

Pelos dados disponíveis na publicação oficial da Prefeitura, não é possível identificar quantos desses estabelecimentos estão enquadrados em atividades de baixo risco e, portanto, beneficiados com a dispensa de alvarás.

Então, para alcançar uma estimativa dessa proporção, recorremos à Plataforma DataSebrae⁶, que consolida dados sobre os pequenos negócios divididos em região, estado e município. Concluímos que, dos 364.558 estabelecimentos registrados em Belo Horizonte, 171.228 estão enquadrados entre as atividades econômicas classificadas como baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019. Isso significa que **cerca de 47% dos estabelecimentos podem ser dispensados de alvarás**.

Assim, considerando que 47% dos estabelecimentos listados nos Editais de Lançamento seriam beneficiados com a medida proposta, **estimamos que 51 mil contribuintes ficariam isentos da taxa TFLF, o que representa uma renúncia de receita no valor de R\$ 22,3 milhões, considerando o valor médio da taxa. E outros 9 mil estabelecimentos seriam dispensados da TFS, correspondendo a um impacto de R\$ 5,9 milhões.**

No total, estima-se que a isenção proposta das taxas representaria um **impacto orçamentário-financeiro de R\$ 28,2 milhões ao ano.**

DA PREVISÃO NA LDO

A temática da proposição articula-se com o disposto na Lei nº 11.253/2020, que instituiu diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2021, notadamente com as diretrizes propostas para a Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Art. 2º (...)

VI - Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) fortalecimento das políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com desburocratização, simplificação, melhoria do ambiente de negócios e incentivo ao micro e ao pequeno empresário, visando ao fomento do empreendedorismo e da economia popular solidária;

⁶ Plataforma DataSebrae: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>

DA ORIGEM DOS RECURSOS

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o Programa Reativa BH, contido no Projeto de Lei n. 119/2021, de autoria do Executivo (Mensagem n. 6), que "autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município, e dá outras providências".

A proposição aguarda aprovação em 2o turno no Plenário da Câmara Municipal para se tornar lei.

O programa cria incentivos à regularização de dívidas pelos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, concedendo descontos nos juros e multas para pagamento, à vista ou parcelado.

Estima-se que a iniciativa permita a regularização de dívidas e resulte na arrecadação de cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021, segundo o portal da Prefeitura⁷.

Dessa forma, parte do montante recuperado no programa de regularização de dívidas servirá para compensar a renúncia de receita resultante da isenção da TFLF e da TFS para os estabelecimentos enquadrados nas atividades de baixo risco.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

⁷ "Prefeitura apresenta projeto de lei que cria o Programa Reativa BH": <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-projeto-de-lei-que-cria-o-programa-reativa-bh>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidenta,

A Comissão de Desburocratização desta Câmara apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a criação de Projeto de Lei que **"Dá nova redação ao § 1º, do art. 21 da Lei nº 5.641/1989, que "Dispõe sobre os tributos cobrados pelo município de Belo Horizonte e contém outras providências"**, conforme minuta do anteprojeto anexo.

A proposta visa instituir um "método de assinatura anual" da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento – TFLF, cuja redação atual do art. 21, § 1º da Lei nº 5.641/1989 impõe a cobrança integral, mesmo que o funcionamento do estabelecimento não ocorra ao longo de todo o ano.

Ou seja, em síntese, a alteração legislativa sugerida tem como objetivo permitir e cobrança da TFLF de forma proporcional aos meses de funcionamento, sendo vedada também nova cobrança na hipótese de mudanças cadastrais.

Trata-se, portanto, de uma proposta da Comissão de Desburocratização dessa Casa Legislativa que visa adequar a incidência tributária da TFLF aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além de evitar a emissão e pagamento de novas taxas, de forma desnecessária e injusta, nas hipóteses que especifica, além de facilitar e incentivar a abertura ou migração de novos negócios em Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante do exposto, pede e espera a aprovação da presente Indicação para sugerir a criação de um novo método de "assinatura anual" da TFLF, dando nova redação ao art. 21, § 1º da Lei Lei nº 5.641/1989, diante das razões acima explicitadas e proposta anexa.

Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora

Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente

Vereador Léo
PSL
Sub-relator

Vereador Ciro Pereira
PTB

Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte

ANTEPROJETO DE LEI Nº

Dá nova redação ao § 1º, do art. 21 da Lei nº 5.641/1989, que “Dispõe sobre os tributos cobrados pelo município de Belo Horizonte e contém outras providências”

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O § 1º, do art. 21 da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 [...]

§ 1º - A Taxa de que trata o *caput* será devida por estabelecimento e será exigida pelo método de assinatura anual, permitido o seu fracionamento proporcional em função do período de funcionamento, sendo vedada nova cobrança em razão da transferência de endereço ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.

Justificativa

A Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento – TFLF é exigida, atualmente, de forma anual e integral, sendo vedado o seu fracionamento em função da data de abertura, período de funcionamento, transferência do local ou qualquer alteração contratual.

Dessa feita, a taxa é devida com o valor integral mesmo que o funcionamento do estabelecimento não ocorra ao longo de todo o ano. Da mesma forma, se o encerramento da atividade ocorreu, por exemplo, em fevereiro, antes mesmo do lançamento, ainda assim a taxa também será devida integralmente.

Ou seja, o método atual, previsto no art. 21, § 1º da Lei Lei nº 5.641/1989, é totalmente injusto e não se coaduna com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade que devem nortear os atos administrativos.

Nessa linha de proceder, o método por “assinatura anual”, ora proposto, tem por escopo permitir a incidência e cobrança da TFLF de forma proporcional aos meses de funcionamento, sendo também vedada nova cobrança da taxa na hipótese de mudanças cadastrais e alteração de endereço, uma vez que tais mudanças administrativas não implicam diretamente na prestação do serviço ou no objeto de fiscalização da taxa citada.

Tal método além de adequar a cobrança da TFLF ao princípio da proporcionalidade e razoabilidade é também uma forma de incentivar a abertura de novos empreendimentos, assim como, de desonerar os comerciantes e empresários que buscam novas alternativas de negócios, sobretudo neste período de maior controle da pandemia do COVID-19 e retomada gradual da economia.

Diante do exposto, pedimos e esperamos a aprovação da presente proposta de alteração legislativa para criar um novo método de “assinatura anual” da cobrança da TFLF, de tal forma que seja permitida a cobrança proporcional aos meses de funcionamento do estabelecimento e, na hipótese de alteração de endereço, mudança contratual ou estatutária, seja também vedada nova cobrança da taxa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

Apresentamos à Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a isenção da Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS a todos os profissionais autônomos em atividade no município de Belo Horizonte.

Tal pleito se justifica em decorrência dos impactos negativos causados pela pandemia da COVID-19, que requer medidas excepcionais de auxílio tributário e fiscal aos contribuintes mais vulneráveis.

No atual estágio de calamidade pública, com efeitos nefastos ainda latentes na economia, torna-se imprescindível a concessão de isenção da TFS aos profissionais autônomos, cujas dificuldades são notórias e de amplo conhecimento público.

Diante do exposto, pedimos e esperamos a aprovação da presente Indicação para sugerir a isenção da Taxa de Fiscalização Sanitária – TFS aos profissionais autônomos que desenvolvem atividade econômica no município de Belo Horizonte.


Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e conforme detalhado no estudo de impacto econômico em anexo, a renúncia de receita decorrente da dispensa da Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) para os autônomos em Belo Horizonte, resultará em uma redução anual de receita estimada em R\$5,9 milhões por ano.




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o programa de regularização de dívidas "Reativa BH", que tem arrecadação estimada em cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte

ESTUDO DE IMPACTO

**Isenção da TFLF e TFS para
estabelecimentos de baixo impacto**

RESUMO:

Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita decorrente da dispensa da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco, resultará em uma redução anual de receita estimada em R\$ 22,3 milhões, e a dispensa da Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) para o mesmo grupo, importará na redução anual de receita estimada em R\$ 5,9 milhões, totalizando o valor de R\$ 28.200.000,00 por ano.

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o programa de regularização de dívidas "Reativa BH", que tem arrecadação estimada em cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

INTRODUÇÃO

O presente estudo de impacto orçamentário-financeiro objetiva dar embasamento à elaboração de projeto de lei que visa isentar do pagamento de taxas da Prefeitura, como a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) e a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS), para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019.

Os incentivos propostos contribuirão para reduzir o custo de se empreender em Belo Horizonte, com redução da burocracia e melhoria do ambiente de negócios. A iniciativa constitui um valioso apoio aos empreendedores e, certamente, trará impactos positivos na atração de investimentos para nossa Capital.

Para atender o disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a concessão ou ampliação do benefício tributário deve:

- 1) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes,
- 2) atender ao disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- 3) e a uma das seguintes condições:
 - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO
 - ou, alternativamente, estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

A seguir, será abordado em detalhes sobre cada uma das condições exigidas para a concessão de benefícios fiscais.

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Cabe esclarecer que a TFLF é uma taxa que a Prefeitura de Belo Horizonte cobra das empresas para a fiscalização exercida pelo município sobre a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas e ao meio ambiente.¹

¹ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFLF>

O valor cobrado tem como referência o tamanho dos estabelecimentos, isto é, a área utilizada em metros quadrados. O Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 8 de Abril de 2021², nos dá a dimensão do valor cobrado em cada faixa. Vejamos:

TFLF - Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento:

- 1.1 - Até 50 m² - R\$ 125,84
- 1.2 - Acima de 50 m² até 100 m² - R\$ 251,65
- 1.3 - Acima de 100 m² até 150 m² - R\$ 419,42
- 1.4 - Acima de 150 m² até 270 m² - R\$ 671,07
- 1.5 - Acima de 270 m² até 500 m² - R\$ 1.258,22
- 1.6 - Acima de 500 m² até 10.000 m²:
 - pelos primeiros 500 m² - R\$ 1.677,66
 - por área de 100 m², ou fração excedente - R\$ 83,91
- 1.7 - Acima de 10.000 m² - R\$ 9.646,37

Já a TFS é cobrada para que o município exerça o poder de polícia sobre locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à saúde pública.³

Assim como a taxa de fiscalização, a TFS também utiliza como referência o tamanho dos estabelecimentos. Segundo o Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 9 de Abril de 2021⁴, as faixas de cobrança são as seguintes:

TFS - Taxa de Fiscalização Sanitária:


- 1.1 - até 50 m² - R\$ 185,28
- 1.2 - Acima de 50 até 100 m² - R\$ 277,93
- 1.3 - Acima de 100 até 150 m² - R\$ 370,60
- 1.4 - Acima de 150 até 270 m² - R\$ 926,38
- 1.5 - Acima de 270 até 500 m² - R\$ 1.482,28
- 1.6. - Acima de 500 até 10.000 m²:
 - pelos primeiros 500 m² - R\$ 2.038,13
 - por área de 100 m² ou fração excedente - R\$ 185,28
- 1.7 - Acima de 10.000 m² - R\$ 18.528,53

² Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFLF do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

³ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFS>

⁴ Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFS do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

De acordo com dados obtidos por meio do Portal da Transparência⁵, o Município de Belo Horizonte espera arrecadar, em 2021, o montante de R\$ 47,5 milhões com a cobrança da TFLF. Com a TFS, a arrecadação prevista é de R\$ 12,5 milhões.



PREFEITURA

BELO HORIZONTE

TRANSPARÊNCIA

RECEITAS PÚBLICAS

ARGUMENTOS

Exercício	2021
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS
Espécie	TAXAS
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Subalínea	TAXAS DE INSP. CONTROLE E FISC. OUTRAS-PRINCIPAL

PÁGINA ANTERIOR

RESULTADO

Detalhe da Receita	Previsão	Arrecadação%	Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar
OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
T.F.A.T. - IPTU - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
T.F.L.F. - TAXA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO ENGENHO PUBLICIDADE - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
TAXA FISCALIZAÇÃO OBRAS PARTICULARES - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - CORR. MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00
T.F.A.T. - TAXA CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFLF no valor de R\$ 47.503.602,00

PREFEITURA
BELO HORIZONTE

TRANSPARÊNCIA
RECEITAS PÚBLICAS

ARGUMENTOS

Exercício	2021
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS
Espécie	TAXAS
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Subalínea	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIG SANITÁRIA-PRINCIPAL

PÁGINA ANTERIOR

RESULTADO

Detalhe da Receita	Previsão	Arrecadação%	Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar	
T.F.S. - TAXA - PRINC	12.594.110,00		12.345.292,00	98%	32.330.793,00	-248.818,00
T.F.S. - TAXA - CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00		13.131,00	100%	0,00	13.131,00
RESTITUIÇÕES - T.F.S. - PRINC	0,00		-43.445,00	100%	0,00	-43.445,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFS no valor de R\$ 12.594.110,00

⁵ Consulta ao Portal da Transparência Municipal, na aba de Receitas Públicas: <http://transparenciareceitas.pbh.gov.br/index.php>

As publicações dos Editais de Notificação de Lançamento, que citamos acima, nos ajudam a identificar a quantidade de empresas notificadas a arcar com as taxas, bem como o valor cobrado por cada uma, a depender do tamanho de seu espaço físico.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO TFLF
EXERCÍCIO 2021

O Diretor da Diretoria de Lançamentos e Desonerações Tributárias da Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso IV, do artigo 21 da Lei 1.310/1966 com a redação dada pelo artigo 6º da Lei 10.692/2013, NOTIFICA OS CONTRIBUINTES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO-TFLF relacionados e identificados no arquivo digital que integra o presente Edital, disponível para consulta na versão eletrônica do Diário Oficial do Município DOM no site: www.pbh.gov.br/dom, dos LANÇAMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, efetuados nos termos dos artigos 18, 20 e 21 da Lei 5.641/1989, e da Tabela I, item I anexa ao mesmo diploma legal, sendo os valores atualizados em conformidade com o artigo 14, §1º, da Lei 8.147/2000 e artigo 1º da Portaria SMFA 077/2020.

RAZÃO SOCIAL		SEQUÊNCIA		VALOR	
IDENTIFICADOR	NOME	LANÇAMENTO	ÁREA OCUPADA	VALOR DA TAXA (R\$)	
01000060028	CLAUDIO ANTONIO GONCALVES RODRIGUES	13.102.21.00.1302	20	125,84	
01000090016	LMX MODA LTDA	13.102.21.00.1303	175	671,07	
01000160014	LAVANDERIA LAVICAR LTDA	13.102.21.00.1304	64	251,65	
01000200016	PROFITEC CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	13.102.21.00.1305	20	125,84	
01000470013	TERRAPLENAGEM PILAR LTDA	13.102.21.00.1306	20	125,84	
01000490014	RG BORDADOS LIMITADA	13.102.21.00.1307	80	251,65	
01000690013	UISP UNIAO INTERESTADUAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	13.102.21.00.1308	30	125,84	
01000950015	IPANEHA RETIFICA LTDA	13.102.21.00.1309	490	1258,22	
01001060013	TEXTO & ARTE JORNALISMO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	13.102.21.00.1310	37	125,84	
0100109001X	INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI	13.102.21.00.1311	20	125,84	

Imagem: Listagem das empresas notificadas a pagar a TFLF

Analisando a relação de empresas, pode-se identificar que **108.706 estabelecimentos estão sujeitos ao pagamento da TFLF, em 2021.**

Se cruzarmos essa informação com o valor de R\$ 47,5 milhões que Prefeitura espera arrecadar, poderemos concluir que o **valor médio cobrado das empresas pela TFLF é de R\$ 436,99.**

Já para a TFS, utilizando o mesmo método, constatamos que a cobrança da taxa alcança **19.582 estabelecimentos, com o valor médio de R\$ 643,15**, conforme tabela abaixo.

Taxa	Estabelecimentos sujeitos ao pagamento	Estimativa de arrecadação da PBH	Valor médio cobrado pelas taxas
TFLF	108.706	R\$ 47.503.602,00	R\$ 436,99
TFS	19.582	R\$ 12.594.110,00	R\$ 643,15

Pelos dados disponíveis na publicação oficial da Prefeitura, não é possível identificar quantos desses estabelecimentos estão enquadrados em atividades de baixo risco e, portanto, beneficiados com a dispensa de alvarás.

Então, para alcançar uma estimativa dessa proporção, recorremos à Plataforma DataSebrae⁶, que consolida dados sobre os pequenos negócios divididos em região, estado e município. Concluímos que, dos 364.558 estabelecimentos registrados em Belo Horizonte, 171.228 estão enquadrados entre as atividades econômicas classificadas como baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019. Isso significa que **cerca de 47% dos estabelecimentos podem ser dispensados de alvarás**.

Assim, considerando que 47% dos estabelecimentos listados nos Editais de Lançamento seriam beneficiados com a medida proposta, **estimamos que 51 mil contribuintes ficariam isentos da taxa TFLF, o que representa uma renúncia de receita no valor de R\$ 22,3 milhões, considerando o valor médio da taxa. E outros 9 mil estabelecimentos seriam dispensados da TFS, correspondendo a um impacto de R\$ 5,9 milhões.**

No total, estima-se que a isenção proposta das taxas representaria um **impacto orçamentário-financeiro de R\$ 28,2 milhões ao ano.**

DA PREVISÃO NA LDO

A temática da proposição articula-se com o disposto na Lei nº 11.253/2020, que instituiu diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2021, notadamente com as diretrizes propostas para a Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Art. 2º (...)

VI - Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) fortalecimento das políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com desburocratização, simplificação, melhoria do ambiente de negócios e incentivo ao micro e ao pequeno empresário, visando ao fomento do empreendedorismo e da economia popular solidária;

⁶ Plataforma DataSebrae: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>

DA ORIGEM DOS RECURSOS

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o Programa Reativa BH, contido no Projeto de Lei n. 119/2021, de autoria do Executivo (Mensagem n. 6), que "autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município, e dá outras providências".

A proposição aguarda aprovação em 2o turno no Plenário da Câmara Municipal para se tornar lei.

O programa cria incentivos à regularização de dívidas pelos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, concedendo descontos nos juros e multas para pagamento, à vista ou parcelado.

Estima-se que a iniciativa permita a regularização de dívidas e resulte na arrecadação de cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021, segundo o portal da Prefeitura⁷.

Dessa forma, parte do montante recuperado no programa de regularização de dívidas servirá para compensar a renúncia de receita resultante da isenção da TFLF e da TFS para os estabelecimentos enquadrados nas atividades de baixo risco.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

⁷ "Prefeitura apresenta projeto de lei que cria o Programa Reativa BH": <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-projeto-de-lei-que-cria-o-programa-reativa-bh>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

Apresento à Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo nova data de vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, fixando o recolhimento para até o 15º dia do mês subsequente ao da apuração.

Vale destacar que o prazo em vigor, estabelecido no Decreto 17.649/2021 (8º dia do mês subsequente a apuração), tem dificultado o cumprimento dessa obrigação fiscal pelos contribuintes do município de Belo Horizonte, sobretudo se considerar o do atual contexto de crise econômica e social imposta pela pandemia do COVID-19.

Ademais, a alteração sugerida é decorrente do edital de problemas publicado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Desburocratização. Isso porque Belo Horizonte é uma das capitais com o vencimento do ISSQN mais precoce no Brasil e os comerciantes nos informaram que nesta além de estar próximo ao vencimento da folha de pagamento dos seus funcionários, ainda não foi possível “girar” o caixa da empresa de forma a recompor o caixa do empreendimento.




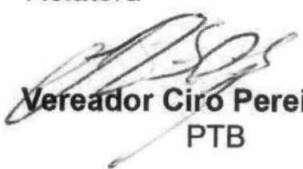
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, a dilação do prazo sugerida para o recolhimento do ISSQN, visa auxiliar os comerciantes, empresários e empreendedores da cidade, que já sofriam com este problemas, principalmente neste momento de recuperação dos efeitos negativos da pandemia do COVID-19.

Diante do exposto, pede e espera a aprovação da presente Indicação para sugerir a alteração do prazo final de pagamento do ISSQN para o 15º dia subsequente à apuração.

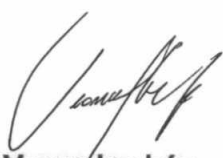
Belo Horizonte, 24 de outubro de 2021.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE


Vereador Léo
PSL
Sub-relator

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

A Comissão de Desburocratização desta Câmara apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a criação de Projeto de Lei que **"Dispõe sobre a desburocratização de serviços de zeladoria, a possibilidade de financiamento coletivo destes serviços e da outras providências"**, conforme minuta do anteprojeto anexo.

O projeto em epígrafe tem como objetivo desburocratizar os serviços de conservação, manutenção, fiscalização, implantação e requalificação de espaços públicos, mediante proposta de zeladoria coletiva, com participação conjunta do Poder Público e iniciativa privada, inclusive com auxílio de pessoas físicas ou jurídicas, além de setores da sociedade civil organizada.

A proposição também está em consonância com a Lei Federal 10.257/20021 (Estatuto da Cidade) e tem por escopo fomentar a participação social e o investimento privado na melhoria de espaços públicos, de uso comum, tornando-os úteis, bonitos e agradáveis para a convivência, cultura e lazer em Belo Horizonte.

Por fim, ressalta-se que esta indicação resulta de proposta elaborada e aprovada por esta Comissão de Desburocratização, cujo trabalho concluiu que os serviços de zeladoria lideram as queixas no âmbito da Administração Pública Municipal.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante do exposto, pedimos e esperamos a aprovação da presente Indicação para sugerir a criação do Projeto de Lei anexo, com vistas à desburocratização de serviços de zeladoria em Belo Horizonte, mediante financiamento coletivo e participação social, nos termos explicitados.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

ANTEPROJETO DE LEI Nº _____/2021

Dispõe sobre a desburocratização de serviços de zeladoria, a possibilidade de financiamento coletivo destes serviços e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Capítulo I – Parte Geral

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre propostas de desburocratização de serviços de zeladoria no município de Belo Horizonte e estabelece seus objetivos, princípios, instrumentos e diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo quanto à autorização para que pessoas físicas ou jurídicas realizem ações de zeladoria no município, além de possibilitar o financiamento coletivo desses serviços.

Parágrafo único. Entende-se por proposta de zeladoria coletiva os serviços de zeladoria com a participação conjunta do Poder Público e de pessoas físicas ou jurídicas para implantação, revitalização, requalificação, fiscalização, manutenção, uso e conservação dos espaços públicos que utilizem recursos privados para seu planejamento e execução.

Art. 2º São objetivos desta lei:

- I – Promover ações integradas pelo Poder Público e pessoas físicas ou jurídicas no Município de Belo Horizonte;
- II – Promover a expansão dos serviços de zeladoria do município;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

III – Promover a expansão de espaços verdes no meio urbano, criação de hortas urbanas e comunitárias em espaços públicos;

IV – Incentivar o engajamento coletivo na valorização do espaço público;

V - Incentivar a fruição dos espaços públicos pela comunidade local;

VI – Promover a educação ambiental;

VII – Contribuir para o embelezamento da cidade;

VIII – Conservar e ampliar áreas permeáveis;

IX – Preservar a integridade do patrimônio público;

X – Valorizar o patrimônio ambiental, histórico, cultural, paisagístico, esportivo e arquitetônico de Belo Horizonte.

Art. 3º - Para a consecução desses objetivos, as propostas de zeladoria regem-se pelos seguintes princípios;

I – Disseminação ampla e qualificada de informações;

II – Transparência;

III – Parceria entre sociedade civil, terceiro setor, setor privado e poder público;

IV – Descentralização;

V - Desburocratização;

VI - Acessibilidade universal;

VII – Valorização do financiamento coletivo online como instrumento-chave;



VIII – Gestão participativa no planejamento do projeto e na execução dos serviços de zeladoria.

Capítulo II – Dos serviços e equipamentos de zeladoria

Art. 4º - Entende-se por serviços de zeladoria os seguintes itens:

- I – Conservação e manutenção de pavimentos, jardins, canteiros e galerias;
- II – Conserto de passeios, guias e muretas;
- III – Instalação, conserto, substituição e limpeza de equipamentos públicos e mobiliário urbano;
- IV – Reformas de acessibilidade;
- V – Poda de árvores e arbustos;
- VI – Limpeza de galerias;
- VII – Varrição;
- VIII – Lavagens de calçadas;
- IX – Troca de lixeiras;
- X – Instalação de lixeiras especiais;
- XI – Limpeza de monumentos;
- XII – Limpeza mecanizada;
- XIII – Retirada de entulho;
- XIV – Retirada de faixas e cartazes;



XV – Reparo da sinalização de trânsito;

XVI – Pintura

XVII – Reparo de guarda corpo;

XVIII – Manutenção da iluminação pública;

XIX – Corte de grama;

XX – Capinação, raspagem, sacheamento e roçada;

XXI – Nivelamento e recuperação estrutural dos tampões de poços de visita, grelhas de águas pluviais ou bocas de leão e de ventilação, caixas de passagem, guias reta, curva, chapéu ou boca de lobo e demais equipamentos de drenagem;

XXII – Manutenção da fiação aérea;

XXIII – Substituição da fiação aérea por fiação subterrânea;

XXIV – Instalação de guaritas;

XXV – Outros serviços relacionados.

Capítulo III - Dos equipamentos e mobiliário urbano

Art. 5º - Poderão ser objeto das propostas de intervenção desta lei os seguintes itens:

I – Bancos;

II – Lixeiras para coleta comum e seletiva;

III – Equipamentos para exercício físico;

IV – Hortas Comunitárias;



- V – Quiosques;
- VI – Palco para manifestações artísticas;
- VII - Guaritas e equipamentos de segurança;
- VIII – Banheiros públicos;
- IX – Estacionamentos de bicicletas;
- X – Mesas para jogos em parques;
- XI – Parques infantis;
- XII – Equipamentos para exercícios físicos e práticas esportivas não formais;
- XIII – Equipamento de apoio às atividades de zeladoria;
- XIV – Pontos de armação para redes de descanso;
- XV – Ponto para ligação de água e luz;
- XVI – Pontos para sinais de internet sem fio;
- XVII – Armários tipo guarda-volumes;
- XVIII – Áreas destinadas para cães;
- XIX – Canteiros, praças, jardins, grades, floreiras, muros, faixas de serviço e acesso de passeios;
- XX – Postes de sinalização vertical;
- XXI – Grelhas de águas pluviais ou bocas de leões e de ventilação e caixas de passagem, guias retas, curva, chapéu ou boca de lobo e demais correções dos dispositivos de drenagem;



XXII – Prédios públicos, áreas livres e outros bens públicos;

XIII – Outros equipamentos públicos e mobiliários urbanos relacionados.

Capítulo IV – Do cadastramento das empresas

Art. 6º - O Poder Executivo realizará o cadastro e autorização das empresas e organizações sociais credenciadas a realizarem os serviços de zeladoria;

§1º - O Poder Executivo realizará chamamento público anual para o credenciamento das empresas e organizações sociais;

§2º - O Poder Executivo divulgará em sítio eletrônico as pessoas jurídicas autorizadas a realizarem os serviços de zeladoria;

§3º A pessoa jurídica contratada para execução de serviços de zeladoria ou instalação de equipamentos ficará responsável por contatar os órgãos da administração pública direta e indireta competentes e empresas concessionárias quando necessário para a execução do serviço;

§4º Exige-se da pessoa jurídica interessada, para a autorização:

I – Regularidade registral e nos cadastros perante a administração municipal;

II – Ausência de condenação por infração administrativa ambiental ou crime ambiental;

III – Ausência de pessoa no quadro societário que tenha condenação por infração administrativa ambiental ou crime ambiental.

§5º O Município poderá negar a autorização se perceber alteração societária ou composição societária com o fim de dissimular a existência, no quadro societário, de pessoa que tenha condenação por infração administrativa ambiental ou crime ambiental.



§6º Para manutenção da autorização, a pessoa jurídica que não seja concessionária ou permissionária deverá cumprir os requisitos previstos na legislação ambiental vigente .

§7º A qualquer momento, poderá haver impugnação administrativa, seguindo as regras do processo administrativo, visando a suspensão ou o cancelamento da autorização de determinada pessoa jurídica, de ofício ou por provocação de outra pessoa jurídica cadastrada ou por Comissão Permanente da Câmara Municipal, sem prejuízo das previsões legais pertinentes.

Capítulo V – Das parcerias para a zeladoria

Art. 7º - O Poder Executivo autorizará que pessoas físicas ou jurídicas de direito privado interessadas, que não sejam concessionárias ou permissionárias, celebrem parcerias e realizem a contratação de serviços de zeladoria ou a compra e instalação de equipamentos e mobiliário nos espaços públicos, mediante autorização dos órgãos municipais competentes.

Art. 8º - A pessoa física ou jurídica pode apresentar, independentemente de convocação e a qualquer instante, à regional responsável pela área objeto da proposta de zeladoria, requerimento contendo as seguintes informações:

- I - Proposta da intervenção que pretende realizar, plano de trabalho, memorial descritivo, cronograma de execução, orçamento detalhado e termos de manutenção periódica;
- II - Empresas e entidades do terceiro setor envolvidas na proposta;
- III – Indicação dos bens e áreas públicas nos termos desta lei;
- IV – Descrição dos serviços de zeladoria e melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais, devidamente instruída, conforme norma regulamentadora, com projetos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

plantas, croquis, cronogramas e outros documentos pertinentes a serem apresentados ao setor de projetos da Regional do local da intervenção;

V – Localização de qualquer tipo de suporte fixo ou móvel para jardins comunitários, paisagismo, hortas orgânicas urbanas e permacultura, tais como jardineiras, vasos, telas e outros lugares;

VI – Período da parceria, quando houver;

VII - Demais informações relevantes.

Parágrafo único: Não poderão ser objetos de parceria os bens e áreas públicas já cedidas por qualquer natureza para iniciativas de conservação, ressalvado em caso de prévia anuência.

Art. 9º Recebido o requerimento caberá ao Poder Executivo avaliar a conveniência da Proposta de Zeladoria Coletiva, nos termos definidos em regulamento.

Art. 10º O Poder Executivo fica autorizado a permitir a exploração comercial das áreas de intervenção, bem como a comercialização ou doação de produtos provenientes destes locais nos limites da legislação vigente.

Capítulo VI – Das plataformas online de financiamento coletivo

Art. 11 – O Poder Executivo fica autorizado a realizar chamamento público para criação de um canal de comunicação em plataformas para financiamento coletivo online para financiamento das propostas de zeladoria e intervenções urbanas em geral.

Capítulo VII – Da substituição de fios

Art. 12 – O Poder Executivo autorizará que pessoas jurídicas contratem o serviço de instalação de fiação subterrânea na proposta com as empresas concessionárias ou



permissionárias de energia elétrica, empresas estatais e privadas de serviço que operem com cabeamento aéreo no Município.

Parágrafo único. As concessionárias ou permissionárias de energia elétrica, empresas estatais e privadas prestadoras de serviço que operem com cabeamento aéreo na cidade de Belo Horizonte deverão realizar alinhamento ou a retirada dos respectivos fios, cabos e demais equipamentos sempre que não tenham mais utilidade.

Capítulo VIII – Da poda de árvores

Art. 13 – As podas de árvores observarão as seguintes condições:

I – A contratação de serviços particulares de poda, corte e remoção de árvores serão realizados, exclusivamente, após laudo técnico circunstanciado pela Prefeitura de Belo Horizonte ou por empresa credenciada e autorizada pela Prefeitura;

II – A pessoa jurídica fica responsável solidariamente com o contratante, por qualquer infração ambiental cometida;

III – O executor do serviço deve ser empregado ou sócio da pessoa jurídica, vedada a terceirização;

IV – Haverá acompanhamento de engenheiro agrônomo ou biólogo devidamente credenciado;

V – A empresa contratada será responsável em acionar a BHTRANS, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, concessionárias de energia elétrica e telefonia, e demais órgãos e empresas necessários para a execução do serviço.

§1º As árvores localizadas nos logradouros municipais que, por doença ou outro motivo relevante, possam vir a colocar em risco a integridade física das pessoas ou causar dano ao patrimônio público ou privado, deverão ser removidas e substituídas



por outras, de espécies escolhidas entre aquelas adequadas ao local, conforme critérios técnicos fixados pela Prefeitura;

§2º Instituições técnicas e científicas poderão contribuir, através de celebração de parcerias com a Prefeitura, para o desenvolvimento de meios de combate às doenças que afligem as árvores plantadas em ambiente urbano, assim como para o desenvolvimento de formas eficazes de contenção, sobretudo por meio de medidas de engenharia, para manter erguidos e seguros os espécimes cuja idade e beleza lhes garanta a condição de patrimônio paisagístico do Município.

Capítulo IX – Da agricultura urbana e periurbana

Art. 14 – Fica o Poder Executivo autorizado a criar programa de valorização de agricultura urbana e periurbana para estimular a criação e aprimoramento de hortas, fomentar iniciativas coletivas em terrenos públicos e particulares, estimular a criação de hortas escolares, com objetivo principal de contribuir para a inclusão social da população de baixa renda.

Art. 15 – As seguintes atividades serão valorizadas:

I – Produção agroecológica de hortaliças, frutas, ervas medicinais e criação de pequenos animais;

II – Formação e capacitação dos envolvidos;

III – Articulação de redes e eventos de agroecologia e agricultura urbana e periurbana;

IV – Comercialização e doação com preferência local.

Capítulo X – Disposições finais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 16 – As pessoas físicas ou jurídicas respondem solidariamente pela realização das intervenções descritas nesta lei, bem como quaisquer danos decorrentes causados à Administração Pública Municipal e a terceiros.

Belo Horizonte, 24 de Novembro de 2021



JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei vem a complementar a Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e tem como objetivo desburocratizar os serviços de zeladoria, permitir a manutenção destes serviços pelos próprios munícipes e fomentar o engajamento da sociedade civil para a criação de planos de zeladoria em parceria com o poder público.

Serviços de zeladoria lideram as queixas na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte segundo os dados da Controladoria-Geral do Município¹. São diferentes órgãos responsáveis pelo recebimento das queixas e, muitas vezes, isso é feito de forma descoordenada e ineficiente.

Muitas vezes a própria sociedade civil, em parceria com o setor privado, está disposta a arcar com o custo desses serviços e, ainda, melhorar o espaço comum com a instalação de novos e melhores mobiliários urbanos. Desta forma, criamos este projeto de lei para a consecução desses objetivos.

No capítulo I, temos a parte geral do projeto, com objetivos e princípios da lei. Nos capítulos II e III enumeramos os principais serviços e equipamentos do mobiliário urbano que são passíveis de intervenção. Nos capítulos IV, V e VI, apontamos quais os itens necessários para o cadastramento de interessados em participar da concorrência, quais as parcerias autorizadas e sobre a possibilidade de financiamento coletivo via plataformas online. No capítulo VII, tratamos de como as pessoas jurídicas podem contratar o serviço de instalação de fiação subterrânea com as empresas concessionárias ou permissionárias de energia elétrica. No capítulo VIII, regulamentos como se dá a poda de árvores por privados no município.

Por fim, o capítulo IX, autoriza o Poder Executivo a criar programa de valorização de agricultura urbana e periurbana para estimular a criação e

¹

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/transparencia/2021/2020.relatorio.anual_ouvidoria.-def.pdf



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

aprimoramento de hortas, fomentar iniciativas coletivas em terrenos públicos e particulares, estimular a criação de hortas escolares, com objetivo principal de contribuir para a inclusão social da população de baixa renda.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidente,

Apresentamos a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a criação de um canal eletrônico, via portal de serviços da PBH, para requisição e acompanhamento dos serviços relativos à poda, corte e supressão de árvores em Belo Horizonte.

Segundo estudo da própria Controladoria-Geral do Município, há um grande volume de demandas dessa natureza, com inúmeros relatos de cidadãos que não conseguem acompanhar com transparência a solicitação, nem tão pouco entender os critérios de prioridade, tendo, em alguns casos, até que recorrer a vereadores para terem os seus pleitos atendidos, em flagrante ofensa à impessoalidade e outros princípios que devem nortear as ações da Administração Pública.

Ademais, importante ressaltar que os pedidos atualmente são realizados por telefone ou pessoalmente, o que dá margem para adoção de alternativas não republicanas e interferências indevidas no processo de solicitação e acompanhamento do serviço, em prejuízo à própria eficiência dos serviços solicitados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante do exposto, pede e espera a aprovação da presente Indicação para sugerir ao prefeito a criação de um canal online, público e acessível à todos os cidadão, via portal PBH, para a requisição e acompanhamento dos serviços relativos à poda, corte e supressão de árvores, com vistas à transparência e eficiência do serviço em Belo Horizonte.

Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora

Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente

Vereador Léo
PSL
Sub-relator

Vereador Ciro Pereira
PTB

Vereador Professor Claudiney Dulin
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhora Presidenta,

A Comissão de Desburocratização desta Câmara apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Prefeito Alexandre Kalil, sugerindo a criação de Projeto de Lei que **"Autoriza o Executivo Municipal a conceder o uso e os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças e parques urbanos do Município de Belo Horizonte."**, conforme minuta do anteprojeto anexo.

O projeto em epígrafe permite a concessão do uso e serviços relativos à manutenção e conservação de praças e parques em Belo Horizonte, mediante mecanismo que visa não só a melhoria dos serviços nesses espaços públicos, mas também a desoneração do erário, por meio da participação e investimento do capital privado.

Importe ressaltar que o projeto está em consonância com as Leis Federais que dispõem sobre o regime de concessões, sendo certo também que trará novos ares às relações entre o Poder Público, o Setor Privado e a própria População.

Handwritten signatures and initials:
1. A signature that appears to be "M. S.".
2. A signature that appears to be "Carvalho".
3. A large handwritten number "189".




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Por fim, ressalta-se que esta indicação resulta de proposta amplamente discutida por esta Comissão de Desburocratização, que vislumbra notável interesse público na concessão sugerida, cujo mecanismo constitui uma forma viável e legítima de assegurar investimentos para continuidade e eficiência do uso e conservação de praças e parques em Belo Horizonte.

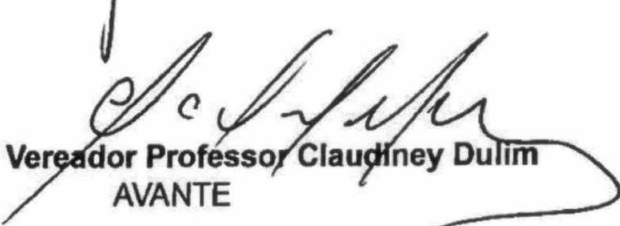
Diante do exposto, pede e espera a aprovação da presente Indicação.


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

Excelentíssima Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº _____/2021

Autoriza o Executivo Municipal a conceder o uso e os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças e parques urbanos do Município de Belo Horizonte.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso de praças e parques urbanos.

Parágrafo único. As concessões de que trata esta Lei deverão garantir a manutenção dos serviços ambientais, suas funções ecológicas, estéticas e de equilíbrio ambiental, observadas as regras de manejo arbóreo, proteção das nascentes, cursos d'água, lagos, fauna, flora e permeabilidade do solo.

Art. 2º As concessões de que trata esta Lei serão formalizadas por meio de contrato, decorrente de procedimento licitatório, nos termos da Legislação Federal.

§ 1º Ficam autorizadas as modalidades de concessão comum, concessão patrocinada, concessão administrativa ou concessão de uso de bem público.

§ 2º Poderão ser objeto de concessão a integralidade de praças e parques urbanos, ou de parcela da área ou dos serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 3º É vedada a cobrança de ingresso nas praças ou parques urbanos concedidos nos termos desta Lei, salvo nos casos referentes a serviços ou atividades específicas que vierem a ser previstos no edital de licitação e no contrato.

§ 4º A concessão de uso de bem público será utilizada, exclusivamente, para praças e para subáreas de parques urbanos.

Art. 3º O prazo de concessão será compatível com a amortização dos investimentos previstos, no limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

Art. 4º Além dos requisitos determinados pela Legislação Federal, os estudos prévios à publicação do edital deverão conter:

- I – descrição dos usos e vocações da área objeto da concessão;
- II – diretrizes para a sua conservação, e
- III – eventuais definições sobre zoneamento de usos, no caso de parques.

Art. 5º O julgamento da licitação poderá adotar como critérios aqueles previstos nas Leis Federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 6º O edital disporá sobre os direitos e deveres do concessionário e a possibilidade de exploração de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, inclusive publicitária.

§ 1º Poderão ser instituídas novas receitas, além das previstas no edital de licitação e no contrato, mediante autorização e compartilhamento de receitas com o Poder Público.

§ 2º Poderão ser instituídas novas receitas com vista à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, inclusive por conta do acréscimo de encargos do concessionário, por meio de revisão contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 3º As receitas, cujos valores estejam fixados no contrato, serão preservadas pelas regras de reajuste e revisão previstas na legislação, no edital e no contrato.

§ 4º Nos termos do edital, poderá ser objeto de exploração publicitária o mobiliário e demais equipamentos integrantes da concessão.

Art. 7º As praças e parques urbanos poderão ser concedidos de forma isolada ou em lotes, como forma de minimizar a desigualdade no território urbano e equilibrar os encargos e direitos do concessionário.

Art. 8º Caberá à Administração Pública Municipal realizar a fiscalização do contrato quanto ao cumprimento das especificações técnicas de execução e aprovar as escolhas técnicas apresentadas pela concessionária, por meio dos órgãos competentes.

Parágrafo único. Para a realização das atribuições referidas neste artigo, a Administração Pública Municipal poderá firmar convênios, termos de cooperação e contratar serviços de terceiros, inclusive para instituição de verificador independente do contrato.

Art. 9º A revisão do contrato dar-se-á sempre que necessário para apurar e corrigir eventuais desequilíbrios na equação econômico-financeira.

Parágrafo único. O edital de licitação e o contrato poderão prever, após transcorridos 12 (doze) meses da assinatura do contrato de concessão, a realização de revisão extraordinária, que dirá respeito a eventuais alterações nas condições físicas e operacionais da infraestrutura concedida ocorridas entre a publicação do edital de licitação e a data da assinatura do contrato.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

JUSTIFICATIVA:

A crise econômico-financeira que atinge o país exige dos gestores públicos criatividade para a adoção de medidas que possam garantir a continuidade dos serviços públicos, por meio do aprimoramento do emprego de seus recursos próprios. Com efeito, é notório que os serviços públicos de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento de praças e parques urbanos, por sua vez, sofrem com a referida crise.

Neste escopo, é necessário que o Poder Executivo Municipal avalie as melhores e mais modernas práticas para execução dos serviços municipais, prospectando novas políticas públicas por meio da captação de recursos externos.

A legislação proposta permite uma ampliação e um melhoramento dos serviços a serem concedidos conjuntamente com a desoneração dos cofres públicos.

O Projeto de Lei proposto respeita as diretrizes gerais elencadas nas Leis federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Ainda, sobre suas disposições, podemos ressaltar as previsões relativas a garantias ambientais (art. 1º, parágrafo único), condições para cobrança de ingressos (art. 2º, § 3º), à concessão de simples uso de bem público, somente para praças e subáreas de parques urbanos (art. 2º, § 4º), ao prazo de concessão (art. 3º), requisitos exorbitantes às leis nacionais que tratam sobre concessão (art. 4º), possibilidade de receitas alternativas (art. 6º) e revisões contratuais (art. 9º).

As previsões deste Projeto de Lei certamente trarão novos ares às relações entre o Poder Público e a população, ampliando a participação de capital privado no Município, permitindo o aumento de investimento nas praças e parques públicos da cidade, imprimindo maiores benefícios ao cidadão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhora Presidente,

A Comissão Especial de Estudos – Desburocratização do Setor Econômico – desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº _____, de autoria dos vereadores da Comissão, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Alexandre Kalil, para sugerir a adoção da seguinte medida, pelos fundamentos que se seguem.

Estabelecido pelo Decreto 14.708 de 14 de dezembro de 2011, o Programa Adote o Verde tem como finalidade estabelecer parcerias entre o Poder Público e a sociedade para os fins de implantação, reforma ou manutenção de áreas verdes públicas, aqui compreendidas as praças, os parques, os canteiros, os jardins e outras áreas passíveis de ajardinamento.

Recebemos por meio do Edital de Problemas, aberto pela Comissão Especial de Estudos – Desburocratização do Setor Econômico –, no entanto, demanda sobre a falta de celeridade no cumprimento das demandas pelo órgão público (em especial a demora para a publicação da adoção no DOM e o acionamento da água pela COPASA) para efetividade da celebração da parceria.




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

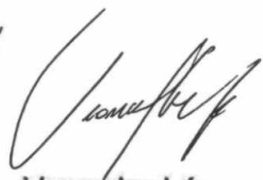
Ressalta-se que tal morosidade no processo desestimula os interessados em estabelecer parcerias com o Poder Executivo no intuito de cuidarem das áreas verdes públicas.

Com todo o exposto, indica-se ao Executivo Municipal a prestação de atendimento célere às demandas do Programa Adote o Verde. Neste sentido, sugere-se a inclusão de dispositivo normativo, no Decreto 14.708 de 14 de dezembro de 2011, estabelecendo – desde que apresentada toda a documentação exigida pelo art. 6º do decreto supracitado – o prazo máximo de 60 dias para a concretização da parceria a partir da apresentação da carta de intenção.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2021


Vereadora Marcela Trópia
NOVO
Relatora


Vereador Irlan Melo
PSD
Presidente


Vereador Léo
PSL
Sub-relator


Vereador Ciro Pereira
PTB


Vereador Professor Claudiney Dulim
AVANTE

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

ESTUDO DE IMPACTO

**Isenção da TFLF e TFS para
estabelecimentos de baixo impacto**

RESUMO:

Em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita decorrente da dispensa da Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco, resultará em uma redução anual de receita estimada em R\$ 22,3 milhões, e a dispensa da Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) para o mesmo grupo, importará na redução anual de receita estimada em R\$ 5,9 milhões, totalizando o valor de R\$ 28.200.000,00 por ano.

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o programa de regularização de dívidas "Reativa BH", que tem arrecadação estimada em cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

INTRODUÇÃO

O presente estudo de impacto orçamentário-financeiro objetiva dar embasamento à elaboração de projeto de lei que visa isentar do pagamento de taxas da Prefeitura, como a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) e a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS), para as empresas localizadas em Belo Horizonte classificadas como atividades de baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019.

Os incentivos propostos contribuirão para reduzir o custo de se empreender em Belo Horizonte, com redução da burocracia e melhoria do ambiente de negócios. A iniciativa constitui um valioso apoio aos empreendedores e, certamente, trará impactos positivos na atração de investimentos para nossa Capital.

Para atender o disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), a concessão ou ampliação do benefício tributário deve:

- 1) estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes,
- 2) atender ao disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- 3) e a uma das seguintes condições:
 - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO
 - ou, alternativamente, estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita.

A seguir, será abordado em detalhes sobre cada uma das condições exigidas para a concessão de benefícios fiscais.

DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Cabe esclarecer que a TFLF é uma taxa que a Prefeitura de Belo Horizonte cobra das empresas para a fiscalização exercida pelo município sobre a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas e ao meio ambiente.¹

¹ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento (TFLF) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFLF>

O valor cobrado tem como referência o tamanho dos estabelecimentos, isto é, a área utilizada em metros quadrados. O Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 8 de Abril de 2021², nos dá a dimensão do valor cobrado em cada faixa. Vejamos:

TFLF - Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento:

- 1.1 - Até 50 m² - R\$ 125,84
- 1.2 - Acima de 50 m² até 100 m² - R\$ 251,65
- 1.3 - Acima de 100 m² até 150 m² - R\$ 419,42
- 1.4 - Acima de 150 m² até 270 m² - R\$ 671,07
- 1.5 - Acima de 270 m² até 500 m² - R\$ 1.258,22
- 1.6 - Acima de 500 m² até 10.000 m²:
 - pelos primeiros 500 m² - R\$ 1.677,66
 - por área de 100 m², ou fração excedente - R\$ 83,91
- 1.7 - Acima de 10.000 m² - R\$ 9.646,37

Já a TFS é cobrada para que o município exerça o poder de polícia sobre locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à saúde pública.³

Assim como a taxa de fiscalização, a TFS também utiliza como referência o tamanho dos estabelecimentos. Segundo o Edital de Notificação de Lançamento, publicado no Diário Oficial do Município em 9 de Abril de 2021⁴, as faixas de cobrança são as seguintes:

TFS - Taxa de Fiscalização Sanitária:

- 1.1 - até 50 m² - R\$ 185,28
- 1.2 - Acima de 50 até 100 m² - R\$ 277,93
- 1.3 - Acima de 100 até 150 m² - R\$ 370,60
- 1.4 - Acima de 150 até 270 m² - R\$ 926,38
- 1.5 - Acima de 270 até 500 m² - R\$ 1.482,28
- 1.6. - Acima de 500 até 10.000 m²:
 - pelos primeiros 500 m² - R\$ 2.038,13
 - por área de 100 m² ou fração excedente - R\$ 185,28
- 1.7 - Acima de 10.000 m² - R\$ 18.528,53

² Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFLF do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

³ Mais informações sobre a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS) pode ser encontrada em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fazenda/tributos/TFS>

⁴ Publicação do Edital de Notificação de Lançamento da TFS do exercício 2021: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1242706>

De acordo com dados obtidos por meio do Portal da Transparência⁵, o Município de Belo Horizonte espera arrecadar, em 2021, o montante de R\$ 47,5 milhões com a cobrança da TFLF. Com a TFS, a arrecadação prevista é de R\$ 12,5 milhões.

ARGUMENTOS		RESULTADO					
Exercício	2021	Detalhe da Receita					
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)	Previsão	Arrecadação	%	Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES						
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS						
Espécie	TAXAS						
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS						
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO						
Subalínea	TAXA DE INSP. CONTROLE E FISC. - OUTRAS-PRINCIPAL						
PÁGINA ANTERIOR							
		47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00		-9.406.799,00
		T.F.A.T. - IPTU - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
		T.F.L.F. - TAXA - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
		TAXA DE FISCALIZAÇÃO ENGENHO PUBLICIDADE - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
		TAXA FISCALIZAÇÃO OBRAS PARTICULARES - PRINC	47.503.602,00	38.096.803,00	80%	84.234.907,00	-9.406.799,00
		OUTRAS TAXAS P/EXERC. PODER POLÍCIA - CORR. MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00
		T.F.A.T. - TAXA CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00	26.192,00	100%	0,00	26.192,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFLF no valor de R\$ 47.503.602,00

ARGUMENTOS		RESULTADO					
Exercício	2021	Detalhe da Receita					
Entidade	ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DESATIVADO (NOVO EMENTÁRIO DA RECEITA)	Previsão	Arrecadação	%	Arrecadado	Lançamento	Saldo a Arrecadar
Cat. Econômica	RECEITAS CORRENTES						
Origem	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DE MELHORIAS						
Espécie	TAXAS						
Rubrica	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS						
Alínea	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO						
Subalínea	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIG SANITÁRIA-PRINCIPAL						
PÁGINA ANTERIOR							
		12.594.110,00	12.345.292,00	98%	32.330.793,00		-248.818,00
		T.F.S. - TAXA - PRINC	12.594.110,00	12.345.292,00	98%	32.330.793,00	-248.818,00
		T.F.S. - TAXA - CORREÇÃO MONETÁRIA - PRINC	0,00	13.131,00	100%	0,00	13.131,00
		RESTITUIÇÕES - T.F.S. - PRINC	0,00	-43.445,00	100%	0,00	-43.445,00

Imagem: Previsão de arrecadação com a TFS no valor de R\$ 12.594.110,00

⁵ Consulta ao Portal da Transparência Municipal, na aba de Receitas Públicas: <http://transparenciareceitas.pbh.gov.br/index.php>

As publicações dos Editais de Notificação de Lançamento, que citamos acima, nos ajudam a identificar a quantidade de empresas notificadas a arcar com as taxas, bem como o valor cobrado por cada uma, a depender do tamanho de seu espaço físico.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO					
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO TFLF					
EXERCÍCIO 2021					
O Diretor da Diretoria de Lançamentos e Desonerações Tributárias da Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso IV, do artigo 21 da Lei 1.310/1966 com a redação dada pelo artigo 6º da Lei 10.692/2013, NOTIFICA OS CONTRIBUÍNTES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO-TFLF relacionados e identificados no arquivo digital que integra o presente Edital, disponível para consulta na versão eletrônica do Diário Oficial do Município DOM no site: www.pbh.gov.br/dom , dos LANÇAMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, efetuados nos termos dos artigos 18, 20 e 21 da Lei 5.641/1989, e da Tabela I, item I anexa ao mesmo diploma legal, sendo os valores atualizados em conformidade com o artigo 14, §1º, da Lei 8.147/2000 e artigo 1º da Portaria SMFA 077/2020.					
RAZÃO SOCIAL		SEQUÊNCIA		VALOR	
IDENTIFICADOR	NOME	LANÇAMENTO	ÁREA OCUPADA	VALOR DA TAXA (R\$)	
01000060028	CLAUDIO ANTONIO GONCALVES RODRIGUES	13.102.21.00.1302	20	125,84	
01000090016	LMX MODA LTDA	13.102.21.00.1303	175	671,07	
01000160014	LAVANDERIA LAVICAR LTDA	13.102.21.00.1304	64	251,65	
01000200016	PROFITEC CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	13.102.21.00.1305	20	125,84	
01000470013	TERRAPLENAGEM PILAR LTDA	13.102.21.00.1306	20	125,84	
01000490014	RG BORDADOS LIMITADA	13.102.21.00.1307	80	251,65	
01000690013	UISP UNIAO INTERESTADUAL DOS SERVIDORES PUBLICOS	13.102.21.00.1308	30	125,84	
01000950015	IPANEMA RETIFICA LTDA	13.102.21.00.1309	490	1258,22	
01001060013	TEXT0 & ARTE JORNALISMO E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	13.102.21.00.1310	37	125,84	
0100109001X	INFRA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS EIRELI	13.102.21.00.1311	20	125,84	

Imagem: Listagem das empresas notificadas a pagar a TFLF

Analisando a relação de empresas, pode-se identificar que **108.706 estabelecimentos estão sujeitos ao pagamento da TFLF, em 2021.**

Se cruzarmos essa informação com o valor de R\$ 47,5 milhões que Prefeitura espera arrecadar, poderemos concluir que o **valor médio cobrado das empresas pela TFLF é de R\$ 436,99.**

Já para a TFS, utilizando o mesmo método, constatamos que a cobrança da taxa alcança **19.582 estabelecimentos, com o valor médio de R\$ 643,15**, conforme tabela abaixo.

Taxa	Estabelecimentos sujeitos ao pagamento	Estimativa de arrecadação da PBH	Valor médio cobrado pelas taxas
TFLF	108.706	R\$ 47.503.602,00	R\$ 436,99
TFS	19.582	R\$ 12.594.110,00	R\$ 643,15

Pelos dados disponíveis na publicação oficial da Prefeitura, não é possível identificar quantos desses estabelecimentos estão enquadrados em atividades de baixo risco e, portanto, beneficiados com a dispensa de alvarás.

Então, para alcançar uma estimativa dessa proporção, recorremos à Plataforma DataSebrae⁶, que consolida dados sobre os pequenos negócios divididos em região, estado e município. Concluímos que, dos 364.558 estabelecimentos registrados em Belo Horizonte, 171.228 estão enquadrados entre as atividades econômicas classificadas como baixo risco pelo Decreto n. 17.245/2019. Isso significa que **cerca de 47% dos estabelecimentos podem ser dispensados de alvarás**.

Assim, considerando que 47% dos estabelecimentos listados nos Editais de Lançamento seriam beneficiados com a medida proposta, **estimamos que 51 mil contribuintes ficariam isentos da taxa TFLF, o que representa uma renúncia de receita no valor de R\$ 22,3 milhões, considerando o valor médio da taxa. E outros 9 mil estabelecimentos seriam dispensados da TFS, correspondendo a um impacto de R\$ 5,9 milhões**.

No total, estima-se que a isenção proposta das taxas representaria um **impacto orçamentário-financeiro de R\$ 28,2 milhões ao ano**.

DA PREVISÃO NA LDO

A temática da proposição articula-se com o disposto na Lei nº 11.253/2020, que instituiu diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2021, notadamente com as diretrizes propostas para a Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Art. 2º (...)

VI - Área de Resultado de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) fortalecimento das políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico do Município, com desburocratização, simplificação, melhoria do ambiente de negócios e incentivo ao micro e ao pequeno empresário, visando ao fomento do empreendedorismo e da economia popular solidária;

⁶ Plataforma DataSebrae: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>

DA ORIGEM DOS RECURSOS

Para custear a medida, propõe-se utilizar parte dos recursos que a Prefeitura espera arrecadar com o Programa Reativa BH, contido no Projeto de Lei n. 119/2021, de autoria do Executivo (Mensagem n. 6), que “autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município, e dá outras providências”.

A proposição aguarda aprovação em 2o turno no Plenário da Câmara Municipal para se tornar lei.

O programa cria incentivos à regularização de dívidas pelos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, concedendo descontos nos juros e multas para pagamento, à vista ou parcelado.

Estima-se que a iniciativa permita a regularização de dívidas e resulte na arrecadação de cerca de R\$ 287 milhões, dos quais espera-se que pelo menos R\$ 168 milhões ingressem ainda em 2021, segundo o portal da Prefeitura⁷.

Dessa forma, parte do montante recuperado no programa de regularização de dívidas servirá para compensar a renúncia de receita resultante da isenção da TFLF e da TFS para os estabelecimentos enquadrados nas atividades de baixo risco.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

A) RENÚNCIA DE RECEITA = Benefícios Fiscais Propostos: R\$ 28.200.000,00/ano

B) RECEITA ESTIMADA COM A RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS:

- EXERCÍCIO DE 2021: R\$168.000.000,00
- EXERCÍCIO DE 2022: R\$59.500.000,00
- EXERCÍCIO DE 2023: R\$59.500.000,00

⁷ “Prefeitura apresenta projeto de lei que cria o Programa Reativa BH”: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-projeto-de-lei-que-cria-o-programa-reativa-bh>